



## **ACADEMIA MILITAR**

***Intelligence-led policing: o papel dos sistemas de informação no planeamento e orientação do esforço de policiamento***

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR David Raposo**

**Orientador: Capitão de Infantaria da GNR Bruno Baraças**

**Ciências militares na especialidade de segurança (GNR)**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2016**



## **ACADEMIA MILITAR**

### ***Intelligence-led policing: o papel dos sistemas de informação no planeamento e orientação do esforço de policiamento***

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR David Raposo**

**Orientador: Capitão de Infantaria da GNR Bruno Baraças**

**Ciências militares na especialidade de segurança (GNR)**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2016**

## EPÍGRAFE

*“O modo como você reúne, administra e usa a informação determina se vencerá ou  
perderá”.*

Bill Gates

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, irmã e namorada.

## **AGRADECIMENTOS**

Por forma a não nos esquecermos de ninguém, fica aqui o agradecimento a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

A todos vós, um bem-haja!

## RESUMO

O presente trabalho de investigação aplicada está subordinado ao tema “*Intelligence-led policing*: o papel dos sistemas de informação no planeamento e orientação do esforço de policiamento”. Começámos por fazer um enquadramento teórico e abordar conceitos importantes para o desenvolvimento de todo o trabalho. Assumindo um método dedutivo, desenvolvemos um estudo com base na seguinte questão de partida: “Qual o impacto dos sistemas de informação no planeamento e orientação do esforço de policiamento?”. Posto isto, este trabalho tem como objetivo perceber qual a influência que os sistemas de informação têm na tomada de decisão do comandante, neste caso de Destacamento Territorial, mais precisamente no planeamento e orientação do esforço de policiamento.

Quanto à metodologia, incidiu numa análise documental sobre as variáveis em estudo e também na análise de respostas aos inquéritos por questionário efetuados aos Comandantes de Destacamento Territorial.

Com este trabalho concluímos que, do ponto de vista de uma grande parte dos inquiridos, os sistemas de informação que a Guarda Nacional Republicana dispõe não são adequados às necessidades operacionais desta. Outra conclusão a que chegámos foi ao facto de, apesar da informação analisada ter reconhecidamente valor acrescentado, as ferramentas de análise que a Guarda dispõe também não são suficientes para suprir as necessidades sentidas.

**Palavras-chave:** Policiamento; Sistemas de informação; Tomada de decisão

## **ABSTRACT**

The present work is entitled: “Intelligence-led policing: the role of information systems in planning and orienting the policing effort”. We started by doing a theoretical framework and board important concepts for the development of all the work. Assuming a deductive method, we developed a study based on the following starting issue: “What is the impact of the information systems in planning and orienting the policing effort?” Hereupon, this paper has the objective to understand what is the impact of the information systems in the commander’s decision-making process, in this case of territorial detachment, more precisely in planning and orienting the policing effort.

As for the methodology, it is focused in a documental analysis in the variables under study and also the analysis of the survey responses made to the territorial detachment commanders.

With this work we have concluded that the information systems have a big influence in decision-making, however, we’ve also concluded that the information systems owned by “Guarda Nacional Republicana” are inadequate to its operational needs. Another conclusion we reached was the fact that, although the analyzed information has increased value, the analysis tools owned by “Guarda Nacional Republicana” are also inadequate to meet all needs.

**Keywords:** Policing; Information systems; Decision-making

## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE .....	ii
DEDICATÓRIA .....	iii
AGRADECIMENTOS .....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT .....	vi
ÍNDICE GERAL .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	ix
ÍNDICE DE QUADROS .....	x
ÍNDICE DE TABELAS .....	xi
LISTA DE APÊNDICES E/OU ANEXOS .....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xiii
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1.....	4
REVISÃO DE LITERATURA.....	4
1.1 Da Segurança.....	4
1.2 Do Policiamento .....	5
1.2.1 Do Policiamento Comunitário/de Proximidade .....	7
1.2.2 Do Policiamento Orientado para o Problema .....	9
1.2.3 Do Policiamento Orientado pelas Informações .....	11
1.3 Das Informações.....	15
1.4 Dos Sistemas de Informação .....	18
CAPÍTULO 2.....	20
METODOLOGIA.....	20
2.1 Tipo de abordagem .....	20
2.2 Método e procedimento do trabalho de investigação .....	21
2.3 Questões de Investigação .....	22
2.4 Técnicas de recolha e tratamento de dados .....	23
CAPÍTULO 4.....	25
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....	25
3.1 Caracterização da amostra .....	25



3.2 Grau de concordância com as afirmações .....	29
CONCLUSÃO.....	43
RECOMENDAÇÕES.....	46
BIBLIOGRAFIA .....	47
APÊNDICES .....	I
Apêndice A - Teste Alfa de <i>Cronbach</i> .....	II
Apêndice B .....	III
Apêndice C .....	IX
Apêndice D .....	XIV
ANEXOS .....	XVI
Anexo A .....	XVII

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1: The 3-i model (interpret, impact, influence) .....</b>	<b>14</b>
<b>Figura 2: DIKI continuum.....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 3: As 5 fases do Ciclo de Produção de Informações.....</b>	<b>17</b>
<b>Figura 4: Desenho de Estudo.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 5: Distribuição do nível etário em %.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 6: Distribuição do género em % .....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 7: Distribuição do posto da amostra em % .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 8: Distribuição da amostra pelo Comando em % .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 9: Distribuição das habilitações literárias em % .....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 10: Distribuição do tempo de serviço em % .....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 11: Distribuição do tempo de serviço enquanto Cmdt DTer em % .....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 12: Significado do Alfa de Cronbach .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 13: Questionário pré-teste (1) .....</b>	<b>III</b>
<b>Figura 14: Questionário pré-teste (2) .....</b>	<b>IV</b>
<b>Figura 15: Questionário pré-teste (3) .....</b>	<b>V</b>
<b>Figura 16: Questionário pré-teste (4) .....</b>	<b>VI</b>
<b>Figura 17: Questionário pré-teste (5) .....</b>	<b>VII</b>
<b>Figura 18: Questionário pré-teste (6) .....</b>	<b>VIII</b>
<b>Figura 19: Questionário final (1).....</b>	<b>IX</b>
<b>Figura 20: Questionário final (2).....</b>	<b>X</b>
<b>Figura 21: Questionário final (3).....</b>	<b>XI</b>
<b>Figura 22: Questionário final (4).....</b>	<b>XII</b>
<b>Figura 23: Questionário final (5).....</b>	<b>XIII</b>
<b>Figura 24: Resultados do inquérito por questionário (1).....</b>	<b>XIV</b>
<b>Figura 25: Resultados do inquérito por questionário (2).....</b>	<b>XV</b>
<b>Figura 26: Mudanças na força policial e no crime registado desde 1960, que mostra a necessidade de disponibilidade de recursos .....</b>	<b>XVII</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1: Processo de resolução de problemas, denominado: modelo SARA.....</b>	<b>11</b>
<b>Quadro 2: Escala de nível do inquérito por questionário .....</b>	<b>30</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Dados das respostas à afirmação n.º 1 .....	31
Tabela 2: Dados das respostas à afirmação n.º 2 .....	32
Tabela 3: Dados das respostas à afirmação n.º 3 .....	32
Tabela 4: Dados das respostas à afirmação n.º 4 .....	33
Tabela 5: Dados das respostas à afirmação n.º 5 .....	33
Tabela 6: Dados das respostas à afirmação n.º 6 .....	34
Tabela 7: Dados das respostas à afirmação n.º 7 .....	34
Tabela 8: Dados das respostas à afirmação n.º 8 .....	35
Tabela 9: Dados das respostas à afirmação n.º 9 .....	36
Tabela 10: Dados das respostas à afirmação n.º 10 .....	36
Tabela 11: Dados das respostas à afirmação n.º 11 .....	37
Tabela 12: Dados das respostas à afirmação n.º 12 .....	38
Tabela 13: Dados das respostas à afirmação n.º 13 .....	38
Tabela 14: Dados das respostas à afirmação n.º 14 .....	39
Tabela 15: Dados das respostas à afirmação n.º 15 .....	40
Tabela 16: Dados das respostas à afirmação n.º 16 .....	40
Tabela 17: Dados das respostas à afirmação n.º 17 .....	41
Tabela 18: Dados das respostas à afirmação n.º 18 .....	41
Tabela 19: Dados das respostas à afirmação n.º 19 .....	42
Tabela 20: Teste de Alfa de Cronbach .....	II

## LISTA DE APÊNDICES E/OU ANEXOS

Anexo A	Ilustração do <i>demand gap</i>
Apêndice A	Teste Alfa de <i>Cronbach</i>
Apêndice B	Questionário pré-teste
Apêndice C	Questionário final
Apêndice D	Resultados do inquérito por questionário

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>ACS</b>	<i>Australian Customs Service</i>
<b>CDF</b>	Comando de Doutrina e Formação
<b>CTer</b>	Comando Territorial
<b>DIKI</b>	<i>Data Information Knowledge Intelligence</i>
<b>DPLP</b>	Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
<b>DTer</b>	Destacamento Territorial
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>IBM SPSS</b>	<i>International Business Machines Statistical Package for Social Sciences</i>
<b>ILP</b>	<i>Intelligence-led Policing</i>
<b>LSI</b>	Lei de Segurança Interna
<b>NCIS</b>	National Criminal Intelligence Service
<b>NIM</b>	<i>National Intelligence Model</i>
<b>NSJP</b>	<i>New Jersey State Police</i>
<b>POI</b>	Policamento Orientado pelas Informações
<b>POP</b>	<i>Problem Oriented Policing</i> (Policamento Orientado para o Problema)
<b>SARA</b>	<i>Scanning, Analysis, Response, Assessment</i>
<b>SI</b>	Sistemas de Informação
<b>SIIOP</b>	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
<b>SIMS</b>	<i>Statewide Intelligence Management System</i>
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>ZA</b>	Zona de ação
<b><math>\alpha</math></b>	Alfa de <i>Cronbach</i>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), intitulado “*Intelligence-led Policing*: o impacto dos sistemas de informação no planeamento e orientação do esforço de policiamento” e visa a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança (GNR), mestrado este frequentado durante os anos de 2011 a 2016. “O Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, serve para preparar quadros com competências e capacidade para comandar unidades da Guarda Nacional Republicana, em resposta às exigências da segurança interna e da defesa nacional.”<sup>1</sup>. Este trabalho é, portanto, o culminar de cinco anos de formação, insere-se no ano de tirocínio, que assume um carácter de estágio de formação, de índole eminentemente prática, e versa sobre a temática de um modelo de policiamento, nomeadamente o Policiamento Orientado pelas Informações<sup>2</sup> (POI). Neste estudo, vamos debruçar-nos sobre o impacto que os sistemas de informação têm nos decisores, mais precisamente, nos Comandantes de Destacamento Territorial (DTER).

Guinote (2013, p.136) vê o POI como uma “técnica metodológica de policiamento que dedica uma atenção às causas dos problemas/crimes e recorre à utilização sistemática e sistematizada de informação.” Ainda sobre este, diz que “o policiamento orientado pelas informações privilegia a análise dos padrões dos crimes ou incivilidades e dos padrões de atuação dos criminosos ou delinquentes, concentrando-se na identificação de potenciais ofensores, co-relações destes, *modus operandis*, e horários de atuação.”

À luz destes pensamentos, podemos então extrair alguns elementos que são importantes nesta temática e que terão necessariamente de ser abordados ao longo deste trabalho. Estamos a falar de elementos como as informações, os decisores, as ferramentas de análise dessas informações, os sistemas de informação (SI) que funcionam como base de dados para aglomerar todas estas informações e, claro, o ambiente onde tudo isto se desenrola.

---

<sup>1</sup> Academia Militar (2016). In <http://academiamilitar.pt/curso-de-ciencias-militares-na-especialidade-de-seguranca.html>. Acedido a 12 de abril de 2016.

<sup>2</sup> Tradução do conceito original anglo-saxónico, por consenso na comunidade científica.

Para melhor entendermos esta temática e a sua evolução, vamos também perceber o que levou à busca de novas soluções, no que diz respeito ao policiamento. Moleirinho (2009, p. 1)<sup>3</sup> apresenta-nos razões “associadas às novas exigências da sociedade moderna, conexas com o novo papel dos media e com uma nova mentalidade dos cidadãos, mais exigentes, enquanto clientes das forças de segurança, bem como com as novas realidades históricas emergentes do terrorismo e da criminalidade organizada transnacional.” Mais à frente iremos ver outros pontos de vista de diferentes autores, mas que confluem com este último.

A escolha por este tema surge, para além do que foi supra afirmado, pela importância de que se reveste para a Guarda Nacional Republicana (GNR), no geral, e para aqueles que, a breve trecho, irão ser os futuros Comandantes de Destacamento Territorial<sup>4</sup>, em particular. Posto isto, e tendo em conta o mestrado em causa, julga-se pertinente a escolha desta temática.

Este trabalho tem como objetivo geral perceber o impacto dos sistemas de informação na orientação do esforço do policiamento da GNR. Os objetivos específicos, que convergem para este último, passam por perceber se os sistemas de informação atuais são adequados às necessidades de informação das subunidades operacionais no esforço do seu policiamento diário; Verificar se existem ferramentas de análise, de sobreposição a estes sistemas, que permitam compreender os fenómenos criminais para melhor orientar o policiamento, com base nessas informações; Verificar se os Comandos Territoriais rentabilizam estes sistemas e direcionam e orientam os escalões inferiores na definição das suas prioridades de policiamento.

Adotando o método dedutivo, partimos então da seguinte questão: **Qual o impacto dos sistemas de informação na orientação do esforço de policiamento da GNR?**

Naturalmente e de forma a ajudar-nos a responder a esta questão, outras três foram levantadas:

- **Os sistemas de informação atuais são adequados às necessidades de informação das subunidades operacionais no esforço do seu policiamento diário?**
- **Existem ferramentas de análise, de sobreposição a estes sistemas, que permitam compreender os fenómenos criminais para melhor orientar o policiamento, com base nessas informações?**

---

<sup>3</sup> Na sua tese de Mestrado, intitulada “*Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*”.

<sup>4</sup> No qual o autor se inclui.



**- Os Comandos Territoriais rentabilizam estes sistemas e direcionam e orientam os escalões inferiores na definição das suas prioridades de policiamento?**

No capítulo 1 deste trabalho é elaborada a revisão de literatura onde são abordados os principais conceitos para melhor percebermos todo o estudo. É estudado o conceito de segurança, numa primeira fase. Segue-se o policiamento, onde é feito o estudo da sua evolução/mutação até chegarmos ao modelo fulcral deste trabalho: o POI. Posteriormente é discutido o conceito das informações e o que este encerra.

Num segundo capítulo é explicada a metodologia seguida na elaboração deste trabalho, em que justificamos as nossas escolhas, perante o estudo em questão.

Já no capítulo 3 são apresentados os resultados obtidos nos inquéritos por questionário, feita a sua análise e discussão.

Por último, tecemos umas breves conclusões acerca do trabalho.

# CAPÍTULO 1

## REVISÃO DE LITERATURA

### 1.1 Da Segurança

O conceito de segurança tem vindo a ser cada vez mais debatido e autores como Luís Fiães Fernandes (2005, pág. 135)<sup>5</sup> afirmam que a redefinição deste conceito foi impulsionada “pelas questões económicas e ambientais dos anos 1970 e 1980, e pelas questões de identidade e criminalidade transnacional durante os anos 1990”. Para que este conceito não seja tão difuso nas nossas mentes, vamos aqui dissecá-lo e nada melhor do que começar pelo seu significado etimológico. Segundo Machado (2003), a palavra segurança tem origem no termo latim *securus* que se pode associar à ausência de perigo. Outra tarefa interessante é procurar esclarecer o seu significado no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)<sup>6</sup> e, das variadas opções que nos são apresentadas, existem duas que consideramos estar mais estão ligadas ao objeto de estudo. São elas: “conjunto das ações e dos recursos utilizados para proteger algo ou alguém” e “o que serve para diminuir os riscos ou os perigos”. Numa definição simples e alinhada com a sua origem, “segurança é a ausência de risco, a previsibilidade, a certeza quanto ao futuro” (Matos, 2002, p. 1 citado por Fonseca, 2010, p. 4). Abordando outra dimensão do conceito de segurança, da lavra do Fórum Europeu para a Segurança Urbana (1996), esta surge-nos como “um bem público, que deve ser coproduzido pelo conjunto dos atores sociais”.

Alguns autores, ao longo do tempo e com o objetivo de melhor definir este conceito, dividiram-no em dois: segurança externa e segurança interna. Tendo em conta o presente trabalho, vamos ter em especial atenção este último. “A par com a Defesa Nacional, segurança externa, a Segurança Interna tem em vista a Segurança Nacional, no sentido de garantir o cumprimento das leis em geral e o respeito pelos direitos dos cidadãos no tocante

---

<sup>5</sup> In Valente, M. (2005). I Colóquio de Segurança Interna. Lisboa: Almedina.

<sup>6</sup> O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP) é um dicionário de português contemporâneo que contém mais de 110 000 entradas lexicais, incluindo locuções e fraseologias, cuja nomenclatura compreende o vocabulário geral, bem como os termos mais comuns das principais áreas científicas e técnicas. O dicionário contém sinónimos e antónimos por aceção e permite ainda a conjugação verbal. É também possível consultar informação sobre a origem de algumas palavras e a sua pronúncia.

à vida interna da coletividade nacional” (Alves, 2008, p. 52). Com efeito, e segundo o que está plasmado no n.º 1 do artigo 1º da Lei 53/2008, de 29 de agosto<sup>7</sup>, esta é definida como “a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”

Na ótica de Armando Carlos Alves (2008), podem ser feitas duas aproximações ao termo *segurança*: abordagem politológica e sociológica. Na primeira é vista como “um dos fins primordiais do Estado, a par do bem-estar e da justiça”. Já na segunda, é vista como “uma função, conjunto de atividades e tarefas especializadas”. Sendo que esta última é a que mais se coaduna com este trabalho, este autor propõe o seguinte conceito operacional, que teremos como base: “Segurança é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas” (Alves, 2008, p. 51)<sup>8</sup>.

## 1.2 Do Policiamento

Até recentemente, o policiamento tornou-se sinónimo das atividades da polícia profissional moderna (Crawford, 2008). No entanto nem sempre assim foi. Com efeito, e segundo o *SAGE Dictionary of Criminology* a definição com maior influência no que toca a discussão acerca do policiamento<sup>9</sup>, é a defendida por *Egon Bittner* (1975) ao identificar as características mais distintas de uma polícia: “são um mecanismo para distribuição de força situacionalmente justificada na sociedade”. Este mesmo autor deixa ainda bem claro que na maior parte dos casos a “capacidade de usar a força” não implica que seja realmente usada em muitas interações polícia-público. No entanto, esta capacidade de uso da força (quando necessária) é estruturante em todos os encontros com o público, tornando-se implícito que o público deve respeitar a autoridade dos agentes de polícia.

Vimos anteriormente que o policiamento estava íntima e inteiramente ligado às polícias. Williams (2008) chega mesmo a afirmar que “definições de ‘*policing*’ emanadas dentro de

---

<sup>7</sup> Lei de Segurança Interna (LSI).

<sup>8</sup> “Por ambiente, compreenda-se um qualquer espaço mais tudo o que ele contenha, sejam pessoas, instalações, equipamentos, atividades, conhecimento, etc.; por ruturas, entenda-se quaisquer interrupções abruptas, não desejadas e suscetíveis de causar danos” (Alves, 2008, p. 51).

<sup>9</sup> Do inglês, “policing”.

instituições de polícia tendem a reduzir a função de polícia a dois elementos principais: controlo do crime e manutenção da ordem.” Crawford (2008) defende que o desenvolvimento de profissionais de polícia esteve ligado à formação do Estado Moderno. Como consequência direta, o policiamento veio a ser entendido como aquilo que os polícias realmente fazem.

Olhando para o que muitos outros autores afirmavam, parece-nos seguro deduzir que, “tanto simbólica como literalmente, a polícia domina a nossa noção de policiamento.” (Crawford, 2008, p. 148)

O tempo foi passando e este conceito foi evoluindo. E evoluiu no sentido de não conter apenas as polícias na sua esfera. “O policiamento é uma tarefa que sempre foi levada a cabo por mais pessoas do que aqueles especificamente rotuladas de polícia” (Williams, 2008, p. 319)<sup>10-11</sup>.

Também neste sentido, Mawby (2008) afirma que “existe uma diferença vincada entre ‘policiamento’ enquanto um processo e ‘a polícia’ enquanto uma organização”. Para este autor o policiamento, termo que pode ser aplicado ao processo de prevenir e detetar o crime e manter a ordem, é uma atividade que pode ser praticada por qualquer número de agências ou indivíduos. O autor defende a sua posição dizendo que o público participa no policiamento, especialmente as vítimas, pelo simples facto de reportarem o crime e identificarem os agressores/criminosos.

Partilhando a mesma opinião que Williams e outros, Sir Ronnie Flanagan (2008, p.7) afirma o seguinte: “Policiamento não é simplesmente o salvaguardar da polícia. O policiamento moderno é levado a cabo em parceria com um leque variado de agências locais”.

Algo interessante e que mereceu a nossa atenção, especialmente devido à data da sua elaboração, uma vez que dista de cerca de uma década de outras definições deste conceito, mas que já apontavam para o mesmo sentido, é a definição de policiamento que, segundo os autores, se situa entre o confuso e até vago conceito de controlo social e a definição mais restrita de trabalho policial:

“essas formas organizadas de manutenção da ordem, manutenção da paz, aplicação da lei, investigação e prevenção criminal e outras formas de investigação relacionadas com a informação recolhida – que podem envolver um exercício consciente de poder coercivo – realizadas por indivíduos ou organizações, onde estas atividades são vistas por eles e/ou outros como uma parte central ou chave que define a sua finalidade.” (Jones & Newburn, 1998, p. 18-19).

---

<sup>10</sup> In McLaughlin, E., & Muncie, J. (2001). The Sage Dictionary of Criminology. London: SAGE Publications.

<sup>11</sup> Tradução própria.

Uma perspetiva também bastante interessante que vem complementar aquelas que foram apresentadas anteriormente é a de Loader (2000) que identifica várias categorizações do policiamento que estão definidas para se continuarem a expandir às custas do tradicional “policiamento pelo governo”. A primeira que o autor menciona é o “policiamento através do governo”, que se verifica quando o Estado emprega polícias privadas. Segue-se o “policiamento acima do governo”, que trata da partilha do poder policial em relação bilaterais e corpos internacionais tal como a União Europeia. A próxima é o “policiamento para além do governo”, cobrindo a indústria em expansão da segurança privada. Por último, fala do “policiamento abaixo do governo”, que define várias iniciativas de cidadãos e da comunidade.

### **1.2.1 Do Policiamento Comunitário/de Proximidade**

No início deste capítulo começámos por abordar o conceito do policiamento de uma forma mais geral e tentámos partilhar a sua evolução/mutação ao longo do tempo, de acordo com diferentes autores. Neste subcapítulo e nos próximos vamos estreitar ainda mais o estudo até atingirmos o principal foco deste trabalho: o Policiamento Orientado pelas Informações.

Como primeira abordagem, partilhamos com o leitor uma afirmação de Moleirinho (2009), que salienta o facto de este conceito ser de complexa definição derivado de enquadramentos sociais, organizacionais e culturais diferentes. Este autor denota a adoção do termo *community policing*<sup>12</sup> pelos anglo-saxónicos, enquanto os continentais usam o termo *police de proximité*<sup>13</sup>, que vem revelar a inexistência de uniformidade para a designação deste conceito.

No entanto, este mesmo autor explica que as diferenças não se estendem a questões de natureza conceptual e apresenta-nos uma possível definição:

“Este é o único modelo policial pós-moderno e consiste num modelo padronizado, que se pretende eficaz no controlo da criminalidade, mormente através da prevenção e do envolvimento da população, partilhando responsabilidades no tocante ao edifício da segurança coletiva. Este modelo contraria os modelos anteriores (modernos), meramente reativos, que se limitam a reprimir quando a normalidade legal se mostra violada.” (Moleirinho, 2009, p. 26).

---

<sup>12</sup> Polícia Comunitária.

<sup>13</sup> Polícia de Proximidade.

Algumas foram as razões para a adoção deste modelo, em detrimento daquele que era o modelo tradicional ou reativo. Oliveira (2006, p. 116) refere como causa “o facto de este modelo ser perspectivado como estando mais adaptado à forma como os serviços funcionam na realidade.”

Curioso é verificar que, apesar de não estarem de acordo quanto ao conceito, (*police de proximité / community-policing*) autores anglo-saxónicos como David Bayley (1994a) e autores continentais como Dominic Monjardet (1996) apresentam razões semelhantes para a adoção do modelo, razões estas que se prendem com a ineficácia das estratégias policiais tradicionais/reativas e, como consequência disso, a sua legitimidade.

Do ponto de vista do conceito adotado pelos anglo-saxónicos, olhemos para o contributo de Sirpa Virta (2001)<sup>14</sup>:

“É uma filosofia de policiamento que promove estratégias de resolução de problemas com base na comunidade para visar a principais causas de crimes, desordem e insegurança e que fornecem garantias. É um processo pelo qual o controlo do crime é partilhado, ou co-produzido com o público, e um meio de desenvolvimento de comunicação com este, aumentando assim a qualidade de vida de comunidades locais e o fortalecimento da legitimidade policial.” (Sirpa Virta, 2001, p. 55).

Vejamos agora uma definição apresentada por um autor francês. Dieu (2001) afirma que a polícia de proximidade pode definir-se como uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração.

Sobrepondo as definições anteriormente apresentadas, podemos constatar que assentam nos mesmos princípios e têm características idênticas, nomeadamente o seu carácter prioritariamente preventivo, a sua aproximação à população e preocupação com as suas necessidades, e ainda a sua finalidade.

Uma abordagem também ela conhecida e muito interessante é a de Trojanowicz e Bucqueroux dos nove P's do policiamento comunitário. Esta abordagem é um bom exemplo das várias dimensões deste modelo. No seu livro, estes autores afirmam o seguinte: “*Community policing is a **philosophy** of full service **personalized policing**, where the same officer **patrols** and works in the same area on a **permanent** basis from a decentralized **place**,*

---

<sup>14</sup> In SAGE Dictionary of Criminology.

*working in a proactive partnership with citizens to identify and solve problems”* (Trojanowicz & Bucqueroux, 1994, )<sup>15</sup>.

Não só para ficarmos com uma visão nacional deste conceito, mas porque nos parece ser bastante completa, vamos ter como base a definição apresentada por José Ferreira de Oliveira que, talvez por pertencer ao grupo dos ocidentais, opta por utilizar o termo polícia de proximidade.

“Em nosso entender a polícia de proximidade pode ser definida como uma estratégia, de natureza essencialmente proactiva, que se apoia no trabalho em parceria e que tem por objetivo, através da presença dos elementos policiais sobre o terreno, obter a corresponsabilização de todos os atores (formais e informais) nas tarefas da segurança. Pretende ainda, um melhor conhecimento recíproco junto da população, tendo em vista a otimização do trabalho da polícia sobre um determinado território, em termos de eficácia de imagem e de custos.” (Oliveira, 2006, p. 116).

Pese embora o policiamento comunitário ou de proximidade represente uma evolução do policiamento tradicional, também ele tem pontos fracos e algumas limitações. Segundo Dieu & Mignon (2002), os cidadãos esperam das polícias uma intervenção mais reativa, ao invés de uma com carácter mais preventivo. Outro problema apontado é privilegiar-se a capacidade de mediação em detrimento da aplicação da lei, o que por vezes não é a solução mais adequada do ponto de vista formal (Oliveira, 2006). O mesmo autor identifica também algumas contradições e disfunções no que toca à construção teórica do policiamento de proximidade. Ele afirma que este modelo apela à polivalência dos agentes policiais, quando na verdade é cada vez maior a necessidade de especialização, face à complexidade dos problemas sociais atuais. Outro apontamento deste autor prende-se com a dificuldade em ser gerida que uma organização que adote este modelo apresenta, uma vez que é dada muita autonomia de decisão aos mais baixos escalões hierárquicos.

### **1.2.2 Do Policiamento Orientado para o Problema<sup>16</sup>**

Segundo Brodeur (1998)<sup>17</sup>, este conceito surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) e foi implementado no Estado da Virgínia, numa altura em que o policiamento comunitário era alvo de críticas.

---

<sup>15</sup> Optámos por não traduzir para o português de forma a não desvirtuar os nove P's.

<sup>16</sup> Do inglês *Problem Oriented Policing*.

<sup>17</sup> In Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.

Em sintonia com o que foi apresentado por José Ferreira de Oliveira<sup>18</sup>, autores como Paulo João, Vítor Lobo e Fernando Bação (2013, p.147)<sup>19</sup>, defendem que

“O conceito, teve na sua origem, a resposta a um conjunto de ineficiências, nomeadamente, o facto de a polícia concentrar a maioria dos seus recursos humanos na gestão interna e nas atividades tradicionais de patrulhamento apeado, ignorando os objetivos e os fins estratégicos da polícia e as expetativas da comunidade.”

José Ferreira de Oliveira (2006, p. 126) diz que se trata de “uma polícia de *expertise*, na linha do policiamento comunitário, mas dotada de uma ação mais proactiva e preventiva na qual a comunidade é ‘convidada’ a participar”.

Alguns investigadores sugerem que o POP é parte integrante de definições de policiamento comunitário (Oliver & Bartgis, 1998)<sup>20</sup> e que muitas vezes foram enquadradas em conjunto.

Todavia, “os estudos, entretanto levados a cabo, revelaram que a divergência de designações contempla também divergências conceptuais” (Oliveira, 2006, p. 126).

Este autor defende que o policiamento comunitário requer o estabelecimento de parcerias com a comunidade. Já o POP pretende identificar e diagnosticar problemas e desenvolver soluções com vista à sua resolução permanente.<sup>21</sup>

Refere ainda que “a patrulha apeada e as estratégias de aproximação às populações são as grandes prioridades da polícia comunitária”. Por outro lado, a polícia orientada para a resolução dos problemas “distingue-se pelo direcionamento da patrulha para a resolução de conflitos.”<sup>22</sup>

Na mesma linha de pensamento que Brodeur, Murphy (1998, p. 127)<sup>23</sup> afirma que “a atuação orientada para a resolução dos problemas integra-se nas exigências do policiamento comunitário, pautando-se por uma ação policial mais dinâmica, proactiva e preventiva.”

Goldstein, pioneiro no policiamento orientado para os problemas, salienta a dificuldade na tarefa de identificar os problemas e, para isso, propõe a adoção do processo SARA, ilustrado na figura abaixo.

---

<sup>18</sup> Relativamente a falhas apontadas ao modelo de policiamento comunitário ou de proximidade.

<sup>19</sup> In Almeida, P. P. (2013). *Como tornar Portugal um País mais seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade*. Lousã: Bnomics.

<sup>20</sup> In Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led Policing*. New York: Routledge.

<sup>21</sup> Isto falando no plano dos princípios.

<sup>22</sup> Agora falando no plano operacional.

<sup>23</sup> In Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.



**Quadro 1: Processo de resolução de problemas, denominado de modelo SARA**

Etapa 1	Identificação do problema ( <i>Scanning</i> ) Descrição e seleção do problema a resolver
Etapa 2	Análise ( <i>Analysis</i> ) Investigação integral das causas ou das condições que provocam ou que influenciam o problema
Etapa 3	Resposta ( <i>Response</i> ) Resposta estratégica precisa, baseada numa análise aprofundada e completa do problema
Etapa 4	Avaliação ( <i>Assessment</i> ) Avaliação dos efeitos da resposta estratégica sobre o problema

Fonte: Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina, p. 129

Goldstein (1977)<sup>24</sup>, antes de se focar especialmente no policiamento orientado para o problema, estabeleceu os fins do policiamento:

1. Prevenir e controlar condutas que ameacem a vida ou propriedade;
2. Ajudar vítimas de crimes e proteger pessoas em perigo de danos físicos;
3. Proteger as garantias constitucionais;
4. Facilitar a mobilidade de pessoas e veículos;
5. Assistir aqueles que não conseguem cuidar deles próprios;
6. Resolver conflitos entre indivíduos, entre grupos ou entre cidadãos e o seu governo;
7. Identificar problemas que possam tornar-se mais sérios para indivíduos, para a polícia ou para o governo;
8. Criar e manter um sentimento de segurança na comunidade.

Segundo Nick Tilley (2008) o policiamento orientado para o problema está preocupado em alcançar estes fins de policiamento por abordar sistematicamente problemas relevantes na comunidade.

### **1.2.3 Do Policiamento Orientado pelas Informações**

“Quando foi proposto pela primeira vez, o policiamento orientado pelas informações era uma tática operacional que iria reduzir o crime através de policiamento proactivo apontado por informações criminais” (Ratcliffe, 2008, p. 6). Este autor afirma que foi a Kent Police (UK), sob o comando de Sir David Phillips, que começou com operações táticas

---

<sup>24</sup> Citado por Scott (2000).

dirigidas pela análise de informações criminais, promoveram maior recolha de informações e mudaram os seus recursos de reativos para proativos.

Face ao supra descrito, John & Maguire (2003)<sup>25</sup> afirmam que, como um todo, foram dos primeiros a aplicar genuinamente o policiamento orientado pelas informações.

Uma possível definição para este conceito é-nos apresentada por Carter & Carter, 2009a, p. 317)<sup>26</sup>: “a recolha e análise de informação relacionada com crimes e condições que contribuem para o crime, resultando num produto de informações acionáveis com vista a ajudar a aplicação da lei no desenvolvimento de respostas táticas a ameaças e/ou planeamento estratégico relacionado com ameaças emergentes ou em mutação.”

Este mesmo autor explica que a aceitação e o encorajamento do POI não foi apenas impulsionado pelo aumento da criminalidade – tanto no volume como na complexidade – mas também pelo decréscimo nos recursos disponíveis. Para tal foi proposto mudar o foco da aplicação da lei do crime geral para criminosos específicos.

Fruto deste novo foco, foi criado o *National Criminal Intelligence Service* (NCIS) e, posteriormente foi desenvolvido o *National Intelligence Model* (NIM) pelos britânicos e foi este que identificou quatro prioridades táticas para o policiamento orientado pelas informações:

- 1) *targeting* de criminosos,
- 2) gestão de *hotspots*<sup>27</sup> criminais e de desordem,
- 3) investigação de crimes em série relacionados, e
- 4) aplicação de medidas preventivas para reduzir o crime e a desordem (Ratcliffe, 2003)

Este autor sugere que a mudança para o policiamento orientado pelas informações pelo Reino Unido, poderia não ter os mesmos níveis de entusiasmo que nos Estados Unidos se não fosse pelos acontecimentos do 11 de setembro. “A perceção de que alguns eventos, como um ataque terrorista, não pode ser resolvido de uma forma reativa e que uma aproximação proactiva para a prevenção e disrupção do crime é necessária, ajudou a impulsionar os princípios do *intelligence-led policing* para a cena internacional do policiamento” (Ratcliffe, 2008, p. 39).

Este autor enunciou também outros fatores que considerou relevantes para o desenvolvimento do POI. São eles:

---

<sup>25</sup> In Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led Policing*. New York: Routledge.

<sup>26</sup> In Carter, J. G. (2011). *Policing Innovation: Exploring The Adoption Of Intelligence-led Policing*. Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy, Michigan: Michigan State University, p. 14.

<sup>27</sup> *Hotspot* é uma área que possui um número superior à média de eventos criminais ou de desordem, ou uma área onde pessoas tem um risco de vitimização superior à média (Eck, et al, 2005, p. 2).

- Fatores universais;
- Complexidade no policiamento;
- Gestão do risco interno;
- “*The demand gap*”<sup>28</sup>;
- Limitações do modelo *standard* de policiamento;
- Crime organizado e transnacional;
- Mudanças na tecnologia.

Várias são as definições que podemos encontrar acerca do POI. No *National Criminal Intelligence Sharing Plan*, do *US Department of Justice*, o policiamento orientado pelas informações “é definido como a recolha e análise de informação para produzir um produto final de informações projetado para informar a tomada de decisão na aplicação da lei feito tanto ao nível tático como estratégico.”

Já Fuentes (2006, p. 3), no seu contributo para o *Practical Guide to Intelligence-led Policing*, afirma o seguinte:

“Policiamento orientado pelas informações é uma filosofia colaborativa que começa com informação, recolhida em todos os níveis da organização que é analisada para criar informações úteis e uma perceção melhorada do ambiente operacional. Isto vai assistir a liderança em fazer as melhores escolhas possíveis em relação a estratégias de controlo do crime, alocação de recursos e operações táticas.”

Mais poderiam ser as definições apresentadas deste conceito, mas vamos optar por ter como base a definição que nos é dada por Jerry Ratcliffe (2008, p. 89):

“Intelligence-led policing is a business model and managerial philosophy where data analysis and crime intelligence are pivotal to an objective, decision-making framework that facilitates crime and problem reduction, disruption and prevention through both strategic management and effective enforcement strategies that target prolific and serious offenders”

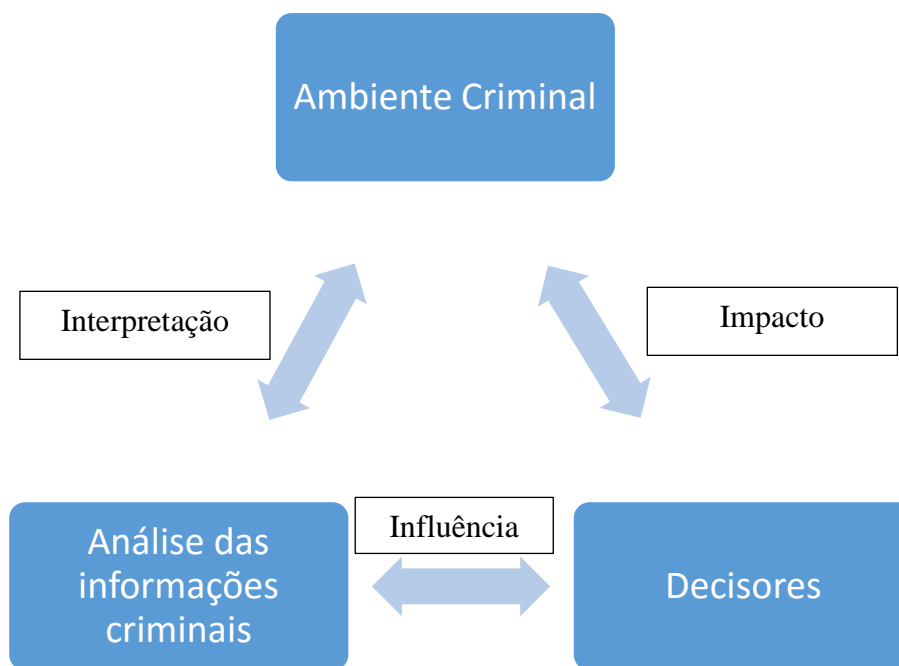
Segundo este mesmo autor, podemos afirmar que do ponto de vista operacional, o POI é a antítese do policiamento comunitário pois onde este último tem como objetivo primordial a legitimidade policial e tem uma organização *bottom-up* e centrada na comunidade, o POI tem como objetivo a redução do crime, a organização é *top-down* e hierárquica, e usa as informações criminais para se focar nos criminosos.

---

<sup>28</sup> Ver Anexo A.

Posto isto, e apoiando-nos nas palavras de Baraças (2009, p.8), podemos afirmar que “um dos principais pilares deste modelo reside na partilha de informação, que deverá passar de uma prática formal ou informal para uma verdadeira política de atuação transversal a todas as forças e serviços de segurança.”

Para explicar o modo de funcionamento do policiamento orientado pelas informações, Jerry Ratcliffe (2008) concebeu o seguinte modelo:



**Figura 1: The 3-i model (interpret, impact, influence)**

**Fonte: Adaptado de Ratcliffe (2003)**

O “3-i model” de Ratcliffe ilustra-nos a importância da interpretação do ambiente criminal, através da análise das informações criminais que, por conseguinte, vai influenciar os decisores com o fim de criar um impacto no ambiente criminal.

“Este modelo requer assim analistas devidamente formados para proceder à interpretação do ambiente, e decisores influenciados que usem as informações policiais de forma a criar o referido impacte através de iniciativas estratégicas, operacionais e táticas.” (Baraças, 2009, p. 9).

### 1.3 Das Informações

Como vimos em capítulos anteriores, as informações têm um papel preponderante neste modelo, logo decidimos reservar um capítulo para abordar este conceito.

O mais sensato seria, à semelhança dos outros capítulos, começar por apresentar a etimologia desta palavra e ver também o seu significado no dicionário. No entanto constatamos que apenas fazem referência à “informação” ou ao verbo “informar”, o que não é o que pretendemos. Durante este capítulo vamos observar justamente isso: a confusão conceptual que durante algum tempo foi feita mas que, por necessidade, veio a ser dirimida por vários autores.

Ao longo do tempo a confusão pairava em torno dos **dados**, da **informação** e das **informações**. Vamos então esclarecer o seu significado.

Segundo Varajão (1998, p. 45), dados “são factos isolados, representações não estruturadas que poderão ou não ser pertinentes ou úteis numa determinada situação, ou seja são apenas elementos ou valores discretos que isoladamente não têm qualquer utilidade e cuja simples posse não assegura a obtenção de quaisquer benefícios”. Já Rascão (2001)<sup>29</sup> refere que são “factos, eventos, imagens ou sons que podem ser pertinentes ou úteis para o desempenho de uma tarefa, mas que por si só não conduzem a uma compreensão de determinado facto ou situação”.

Segundo Ratcliffe (2008, p. 96) dados<sup>30</sup> “são simples observações, livres de sentido adicional, inferência ou opinião”.

Abordemos agora o conceito de **informação**. Para Davenport (1997) informação são dados com maior relevância e finalidade.

Do ponto de vista de Varajão & Amaral (2000, p. 8), informação “é aquele conjunto de dados que, quando fornecido de forma e a tempo adequado, melhora o conhecimento da pessoa que o recebe, ficando ela mais habilitada a desenvolver determinada atividade ou a tomar determinada decisão”.

Vejamos agora o conceito de informações<sup>31</sup>, fulcral para este trabalho.

Marilyn Peterson (2005)<sup>32</sup> refere que “é um erro comum considerar informações um sinónimo de informação”. Esta autora refere ainda que a definição mais clara e mais simples

---

<sup>29</sup> In Almeida, P. P. (2013). *Como tornar Portugal um País mais seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade*. Lousã: Bnomics, p. 143.

<sup>30</sup> Do inglês *data*.

<sup>31</sup> Do inglês *intelligence*.

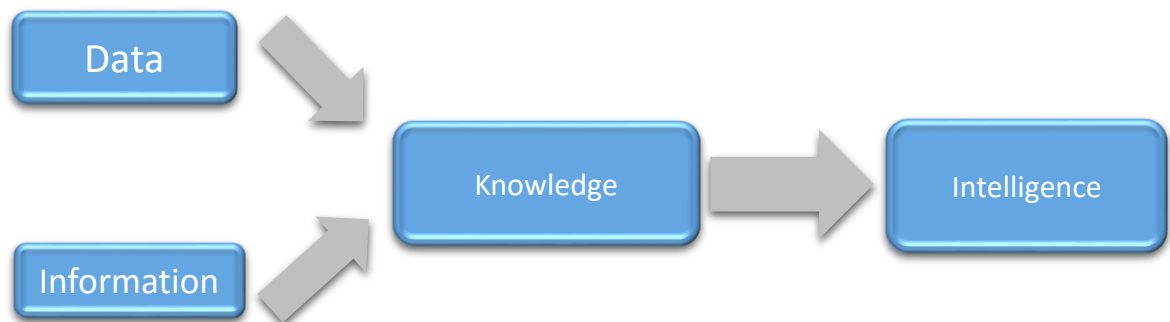
<sup>32</sup> Disponível online em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/bja/210681.pdf>, acedido a 23 de maio de 2016.

é através da fórmula *information plus analysis equals intelligence*. Para a autora, esta fórmula esclarece a distinção entre a “informação, aquilo que é recolhido, e as informações, aquilo que é produzido depois de a informação ser avaliada e analisada” (Peterson, 2005, p. 3).

Uma definição que concorre para esta última, é a que nos é apresentada pelo *Australian Customs Service* (ACS): “as informações podem ser definidas como um produto de valor acrescentado, derivado da recolha e análise de toda a informação relevante relacionada com as necessidades do cliente, que é imediata ou potencialmente significativo para a tomada de decisão do cliente” (ACS 2000, p. 15).

Uma perspetiva muito interessante é a de Jerry Ratcliffe que nos traz o “*DIKI*<sup>33</sup> continuum”.

Para melhor compreensão, apresenta-se a figura infra:



**Figura 2: DIKI continuum**

**Fonte: Adaptado de Ratcliffe (2008)**

*Data*-Data are the observations and measurements we can make about crime

*Information*-Information is data with greater relevance and purpose

*Knowledge*- Data and information with added context, meaning, a particular interpretation.

*Intelligence*- Knowledge products can generate understanding, but intelligence products are supposed to generate action. (Ratcliffe, 2008, p. 96-99)

Uma pequena crítica que pode ser tecida a esta perspetiva é a de o autor se focar apenas no crime, ao invés de ter uma visão um pouco mais ampla e englobar também todo o tipo de contra-ordenações e incivilidades.

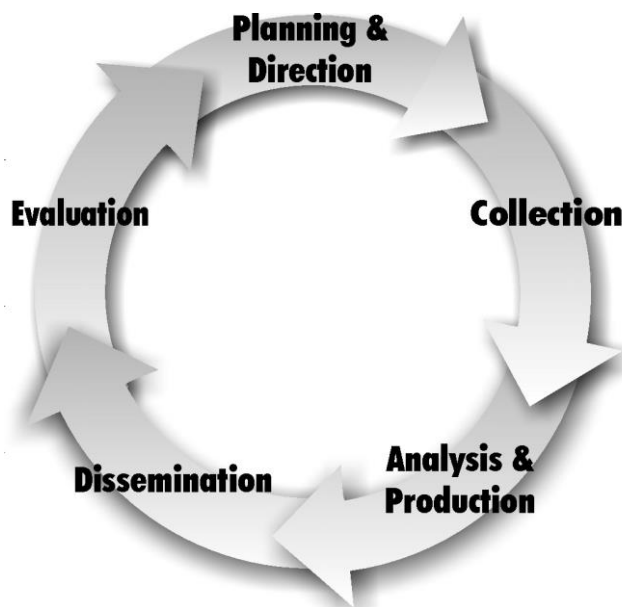
Após termos visto as definições apresentadas por diferentes autores e as diferenças conceptuais estarem também apontadas, torna-se agora necessário explorar também o ciclo

---

<sup>33</sup> Data , Information, Knowledge, Intelligence.

de produção das informações para melhor compreendermos a maneira como estas surgem e quais as etapas deste processo.

Este é o *NJSP Intelligence Cycle* apresentado por Fuentes (2006), que contempla cinco fases: Planeamento e Direção, Recolha, Análise e Produção, Disseminação e Avaliação.



**Figura 3: As cinco fases do Ciclo de Produção de Informações**

**Fonte: Fuentes, J. (2006). Practical Guide to Intelligence-led Policing. New Jersey: New Jersey State Police, p. 6**

Segundo o autor, na primeira fase verifica-se a formulação de questões pelos consumidores de todos os níveis acerca do ambiente operacional e a sua definição de prioridades de recolha de dados e o esforço da análise de informações. Estas prioridades são depois coordenadas através de um processo tarefa formal que delineia as necessidades de recolha e análise de cada ramo.

A segunda fase, Recolha, refere-se às atividades de pesquisa e operacionais que cumprem as tarefas formais criadas pela 1ª fase. A Recolha envolve pesquisar informações existentes e conduzir operações para reunir dados não tratados de uma variedade de fontes potenciais. Uma vez recolhidos, estes dados devem voltar a entrar no ciclo através dos canais apropriados para serem formalmente analisados.

O autor defende que a fase da análise e produção é a transformação dos dados recolhidos em informações codificadas em produtos de informações como relatórios e brífingues. Primeiro, os dados não tratados são avaliados quanto à sua validade e

confiabilidade e são depois inseridos no *Statewide Intelligence Management System* (SIMS). De seguida, a análise é feita para derivar significado, fazer conclusões e propor recomendações. Por fim, a Produção contempla a apresentação oportuna da análise, das conclusões e recomendações num formato adequado ao consumidor com a finalidade de satisfazer as diferentes necessidades de informações.

Fuentes (2006) aponta a importância do processo de disseminação pois o produto das informações não tem valor se não for distribuído apropriadamente a todos os consumidores relevantes e integrado no sistema de informações correto para uso em futuras análises.

Por último temos a Avaliação do produto das informações que é uma característica central e permanente do ciclo das informações. Uma avaliação responsável fornece o feedback apropriado pelo qual os analistas conseguem determinar se estão a ir de encontro às necessidades dos consumidores com uma análise adequada e produtos relevantes. É também o melhor meio de interação de analistas, pois todo o processo das informações é consideravelmente melhorado quando o partilhar da informação, compreensão e perceção situacional entre analistas é encorajado e promovido (Fuentes, 2006).

#### **1.4 Dos Sistemas de Informação**

No decorrer dos subcapítulos anteriores, importa ainda relevar um conceito fundamental para o presente trabalho: os sistemas de informação (SI).

No presente subcapítulo vamos aferir o que este conceito encerra e elencar quais os SI em uso na GNR, no entanto vamos cingir-nos aos que os Comandantes de Destacamento Territorial dispõem, no decorrer da sua atividade, para o apoiarem na sua tomada de decisão. Vamos ainda fazer uma breve caracterização de cada um deles, não aprofundando o assunto uma vez que não é o principal foco deste trabalho de investigação.

Segundo o Regulamento de Utilização das Tecnologias de Informação da GNR APOTRGNR 22 (2014), considera-se SI “qualquer sistema automatizado, ou mesmo manual, que englobe pessoas, máquinas, ou processos de trabalho que tem o objetivo principal de transmitir, armazenar, coligir, ou processar dados, permitindo controlar recursos e apoiar os vários processos de decisão que emergem numa organização”.

Segundo a NEP/GNR 8.80, o documento estruturante denominado “Estratégia da Guarda 2020” integra expressamente a relevância das Tecnologias de Informação, sendo que o Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP) continua a ser um dos



vetores estratégicos para o cumprimento da missão da Guarda Nacional Republicana. Numa fase inicial de implementação do SIIOP, o mesmo constituía-se como uma base de dados única. Derivado da evolução tecnológica e com vista à maximização da eficácia de todos os recursos considerando os novos desafios que se foram impondo à GNR, o SIIOP é agora uma base de dados múltipla em processo de interação e integração variável, de acordo com as necessidades operacionais das diferentes valências da instituição.

Nesta mesma NEP podemos verificar que o SIIOP “consiste numa base de dados heterogénea distribuída, que tem por finalidade organizar e manter atualizada a informação necessária ao exercício das missões da Guarda Nacional Republicana. Materializa-se por um repositório único de informações, centralizado e alargado a todo o dispositivo, que permite à Guarda o apoio e suporte à decisão, possibilita a prevenção e previsão, baseado em informação operacional de natureza diversa recolhida em tempo real, e caracterizado pela uniformização de procedimentos em toda a estrutura hierárquica”.

Posto isto, o SIIOP é então agora constituído pelos seguintes módulos aplicativos: SIIOP Principal (SIIOP-P); SIIOP Salas de Situação (SIIOP-2S); SIIOP Ocorrências (SIIOP-O); SIIOP Trânsito (SIIOP-T); SIIOP Ambiente (SIIOP-A) e SIIOP Georreferenciação (SIIOP-G).

Segundo a alínea c) do n.º 2 (DEFINIÇÕES) da NEP/GNR 8.80 podemos definir o SIIOP-P como módulo agregador e final, em que os restantes módulos seguem a seguinte hierarquia: o SIIOP-2S como porta de entrada no sistema e gestão de situações; o SIIOP-O enquanto registo primário de incidentes e ocorrências de âmbito criminal, operações e notícias; para o registo específico das valências mais significativas da Instituição como a gestão rodoviária através do SIIOP-T e a proteção da Natureza e Ambiente através do SIIOP-A; por último temos a georreferenciação transversal a todos os anteriores sendo especificamente avocada num deles através do SIIOP-G.

## **CAPÍTULO 2**

### **METODOLOGIA**

Ao longo deste capítulo vamos apresentar os principais aspetos referentes à metodologia adotada para a elaboração deste trabalho. Optou-se por uma divisão em subcapítulos para uma estruturação mais simples e clara para o leitor.

#### **2.1 Tipo de abordagem**

Antes de entrarmos no tipo de abordagem, importa referir que “a ciência em geral e as ciências humanas em particular para atingirem os objetivos de medição tendo em vista reproduzir e aplicar os conhecimentos julgados úteis e mesmo predizer os seus efeitos, utilizam o método científico” (Freixo, 2012, p. 171). Este mesmo autor refere que este método é uma “sequência de operações que dão resultados válidos, fiéis e reproduzíveis.”

Este trabalho, quanto à natureza da investigação, poderia ser fundamental ou aplicada. Neste caso é investigação aplicada, uma vez que se trata de um relatório científico e visa gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

Neste trabalho optámos por uma abordagem quantitativa, associada à investigação científica. Alguns autores perguntam-se porque se utiliza este tipo de abordagem em ciências humanas, no entanto Freixo (2012, p. 171) explica que o número permite “a precisão, uma maior objetividade, a comparação e a reprodução, a generalização para situações semelhantes e a inferência.”

Este autor define esta abordagem como sendo um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis, refletindo-se num processo complexo que irão dar origem a resultados com margens de erro diminutas e cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos (Freixo, 2012).

## 2.2 Método e procedimento do trabalho de investigação

O método científico utilizado neste trabalho é o método dedutivo, proposto por racionalistas como Descartes e Spinoza (s/a)<sup>34</sup> que afirmam que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. Este método tem como objetivo explicar as premissas. “Por intermédio de uma cadeia de raciocínio descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão”. Este método usa o silogismo, do grego “conexão de ideias”, para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente destas, denominada de conclusão. Segundo Freixo (2012, p, 106), “as conclusões são obtidas a partir das premissas, usando-se o raciocínio lógico e, uma vez encontradas, as conclusões são incontestáveis”.

Lakatos (2007) diz que são “etapas concretas de investigação”. Já Gil (1999) afirma que eles se “referem aos procedimentos técnicos a serem utilizados, proporcionando ao investigador os meios adequados para garantir a objetividade e a precisão no estudo de ciências sociais”. Existem quatro tipos: histórico, comparativo, estatístico e estudo de caso. Neste trabalho vai ser adotado o procedimento estatístico uma vez que este permite o estabelecimento de relações entre variáveis, neste caso, entre o *intelligence-led policing*, as informações e respetivos sistemas de informação e a tomada de decisão.

Numa primeira fase efetuou-se o estudo das variáveis para aprofundar e consolidar os conhecimentos sobre a temática em apreço, principalmente através do recurso à análise documental.

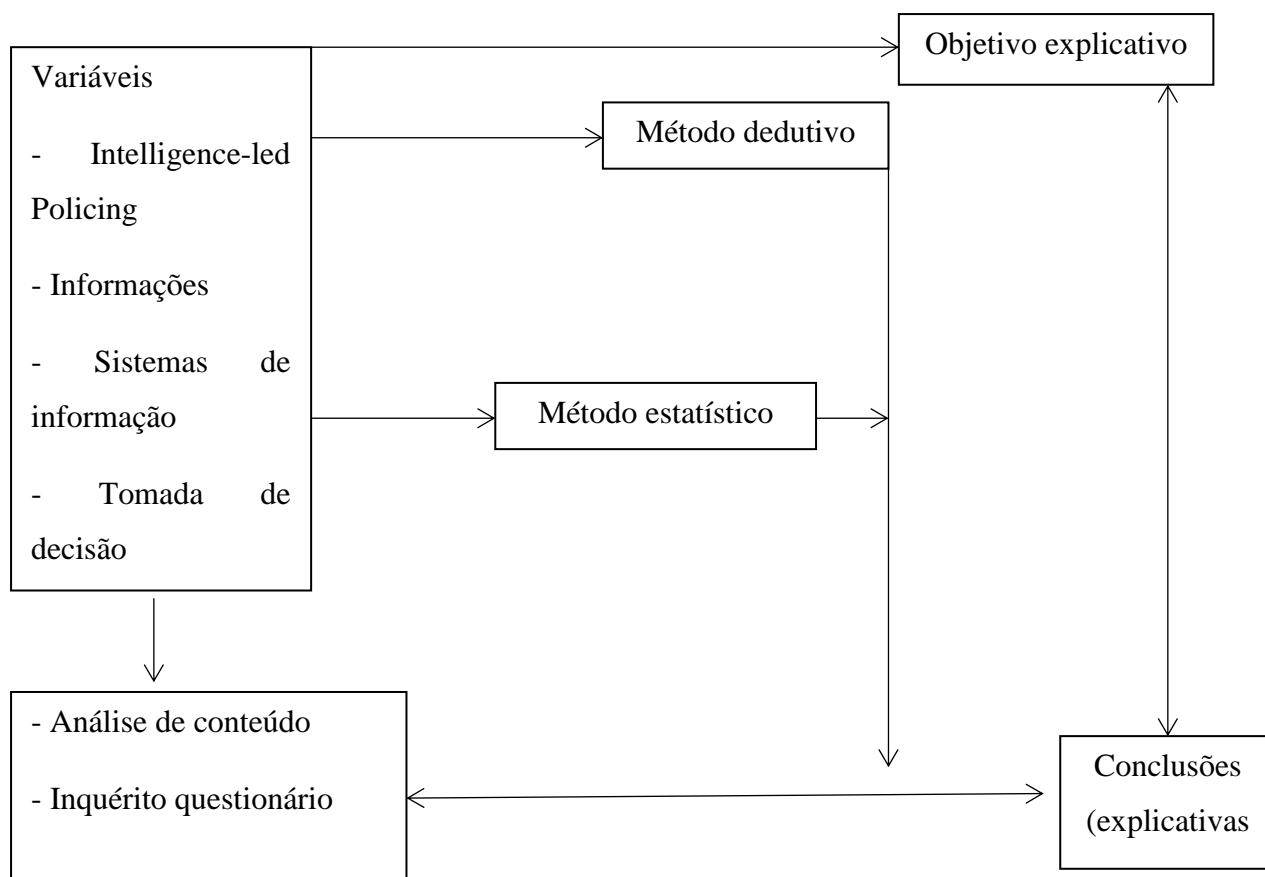
Numa segunda fase foi desenvolvido o método científico, tendo a investigação por base os inquéritos por questionário. Estes “são um instrumento de medida que traduzem os objetivos de um estudo com variáveis mensuráveis” (Freixo, 2012, p. 225).

Quanto aos objetivos de investigação, este trabalho é explicativo visto que visa explicar o porquê das coisas, com o intuito de identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenómenos. Assume então a forma de pesquisa experimental.

Para melhor compreensão e em jeito de síntese, apresentamos o seguinte desenho de estudo:

---

<sup>34</sup> Provavelmente beberam de Platão, uma vez que este é considerado o primeiro racionalista.



**Figura 4: Desenho de Estudo**

Fonte: Elaboração própria

## 2.3 Questões de Investigação

“O primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho.” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 29)

Uma vez que “a formulação de um problema de investigação consiste em desenvolver uma ideia através de uma progressão lógica de ideias, de argumentos e de factos relativos ao estudo que se deseja empreender” (Freixo, 2012, p. 185), elaborou-se a seguinte pergunta de partida: **Qual o impacto dos sistemas de informação na orientação do esforço de policiamento da GNR?**

Naturalmente e com o objetivo de nos ajudar a responder a esta questão, outras três foram levantadas, materializando-se em questões derivadas:

**- Os sistemas de informação atuais são adequados às necessidades de informação das subunidades operacionais no esforço do seu policiamento diário?**

- **Existem ferramentas de análise, de sobreposição a estes sistemas, que permitam compreender os fenómenos criminais para melhor orientar o policiamento, com base nessas informações?**
- **Os Comandos Territoriais rentabilizam estes sistemas e direcionam e orientam os escalões inferiores na definição das suas prioridades de policiamento?**

Esta investigação tem como objetivo geral perceber o impacto dos sistemas de informação na orientação do esforço do policiamento da GNR, isto é, perceber a influência do uso das informações e sistemas de informação para a tomada de decisão no que diz respeito à orientação e esforço de policiamento na GNR, tendo sempre como pano de fundo o modelo do POI.

## **2.4 Técnicas de recolha e tratamento de dados**

“Os métodos de recolha e os métodos de análise são normalmente complementares” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 185). Anteriormente referimos a escolha por uma abordagem quantitativa e, em complemento disso, optámos também pela investigação por inquérito que, segundo Sarmiento (2008, p. 20), “considera as opiniões de terceiros sobre o objeto que se investiga”. Tudo isto vai ao encontro do que é afirmado por Quivy & Campenhoudt (2005, p. 186) quando afirmam que “os dados recolhidos nestas condições [inquérito por questionário a muitas pessoas] só fazem sentido quando tratados de modo estritamente quantitativo.” Este inquérito por questionário foi construído com base nas perguntas que queremos ver respondidas no âmbito deste trabalho.

Depois da fase da elaboração do questionário, procedeu-se a uma primeira validação do mesmo junto do Capitão de Infantaria da GNR Bruno Baraças (orientador). Após aprovação dada por este último, foi realizado um pré-teste (ver Apêndice B) a elementos constituintes da amostra por forma a detetar possíveis erros ortográficos, estruturais, tempo despendido ou até mesmo de melhorias do questionário a nível conceptual. Os elementos da amostra que foram escolhidos para o pré-teste foram os Comandantes de Destacamento do Comando Territorial de Santarém por ser um Comando que cumpre com as necessidades do número de inquiridos e também pela estreita relação profissional desenvolvida aquando do estágio neste Comando.

Posteriormente o inquérito na sua versão final (ver Apêndice C) foi disponibilizado através do serviço *SurveyMonkey*, no pacote *plus* que tem a capacidade de encriptar a mensagem entre o emissor e recetor, o que confere uma maior segurança. A difusão do

questionário, numa primeira fase, fez-se através do Comando de Doutrina e Formação (CDF), o que acabou por não se mostrar frutífero, então decidiu-se fazer a difusão, numa segunda fase, diretamente através dos Comandos Territoriais.

Para o preenchimento deste questionário, foi disponibilizado no correio eletrónico institucional dos inquiridos a hiperligação <https://pt.surveymonkey.com/r/YDPSQQ9>. A análise estatística dos dados recolhidos foi feita através de um *Software* estatístico *IBM SPSS*, em complemento do serviço *SurveyMonkey*. Para a elaboração de gráficos e tabelas foi usado o *Microsoft Word* e o *Microsoft Excel*.

A amostra escolhida foram todos os Comandantes de Destacamento Territorial do território nacional, uma vez que são o escalão mais baixo na tomada de decisão, dentro da categoria de oficiais. Também porque têm autonomia suficiente para decidir/influenciar a orientação e o esforço de policiamento da sua área, que é uma das variáveis presentes neste trabalho. Esta amostra constitui-se então por 86 elementos.

Quanto à análise documental efetuada, baseou-se na pesquisa em livros, publicações *online*, revistas científicas, entre outros, fulcrais para verificar qual o estado da arte das matérias presentes no Capítulo 1, que são fundamentais para todo o trabalho.

## **CAPÍTULO 4**

### **APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

Neste capítulo vão ser apresentados os resultados obtidos através do inquérito por questionário e feita a sua análise estatística.

Numa primeira fase vai-se proceder à caracterização sociodemográfica da amostra, de onde extraímos informação dos inquiridos como a idade, o género, as habilitações literárias, o posto, o CTer onde estão inseridos, o tempo de serviço e o tempo de serviço enquanto Cmdt DTer.

Posteriormente pretendeu-se medir o grau de concordância com as afirmações apresentadas, para nos ajudar a responder às perguntas derivadas levantadas no início do trabalho e, por conseguinte, responder também à questão de partida que nos propusemos responder.

#### **3.1 Caracterização da amostra**

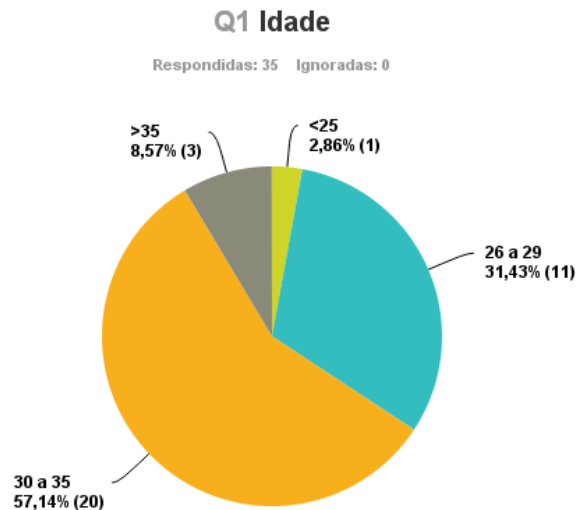
A população inquirida é constituída por 86 elementos, como foi explicado anteriormente, no entanto apenas foram obtidas 36 respostas, o que perfaz uma percentagem de feedback de 41,86%. Das respostas recebidas, eliminou-se 1 por não ter completado o questionário. Posto isto, foram consideradas 35 respostas do total de 86 inquiridos, correspondendo a 40,69% da população.

Todos os inquiridos pertencem à categoria profissional de Oficiais a desempenhar a função de Comandantes de Destacamento Territorial.

A caracterização sociodemográfica obteve-se através da descrição em termos de idade, género, posto, Comando Territorial, habilitações literárias, tempo de serviço e tempo de serviço enquanto Cmdt DTer.

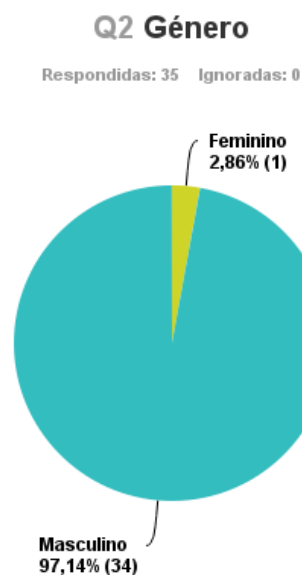
No que diz respeito à idade dos inquiridos (Figura 5), o grupo mais representativo da amostra é o grupo com idades compreendidas entre os 30 e 35 anos, com uma percentagem de 57,14% e o segundo grupo entre 26 e 29, com uma percentagem de 31,43%. Seguem-se

os grupos com idade superior a 35 e inferior a 25, com uma percentagem de 8,57% e 2,86%, respetivamente.



**Figura 5: Distribuição do nível etário em %**  
Fonte: SurveyMonkey

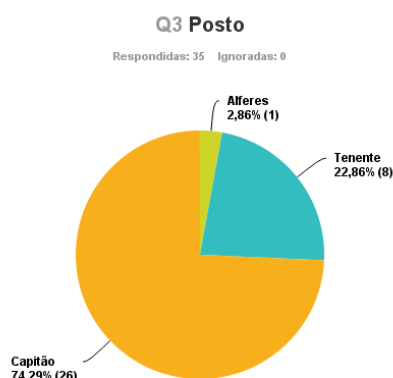
Já em relação ao género (Figura 6), apenas um é do sexo feminino e o restante do sexo masculino, o que corresponde a 2,86% e 97,14% respetivamente.



**Figura 6: Distribuição do género em %**  
Fonte: SurveyMonkey

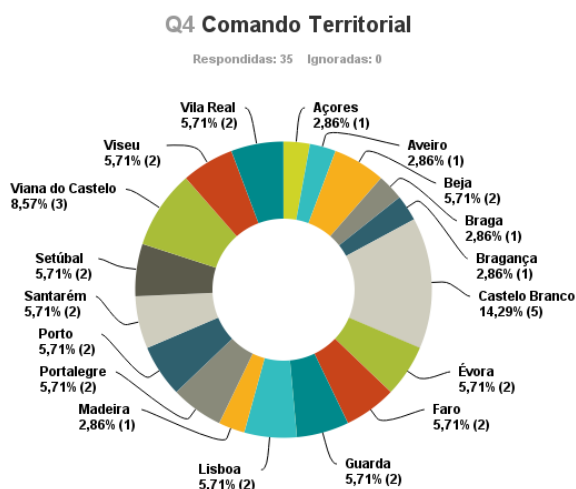


Quanto ao posto (Figura 7), como seria de esperar, o que foi mais representativo foi o posto de Capitão, com uma percentagem de 74,29%. O posto de Tenente ocupa uma percentagem de 22,86% da amostra, enquanto o de Alferes ocupa apenas uma percentagem de 2,86%.



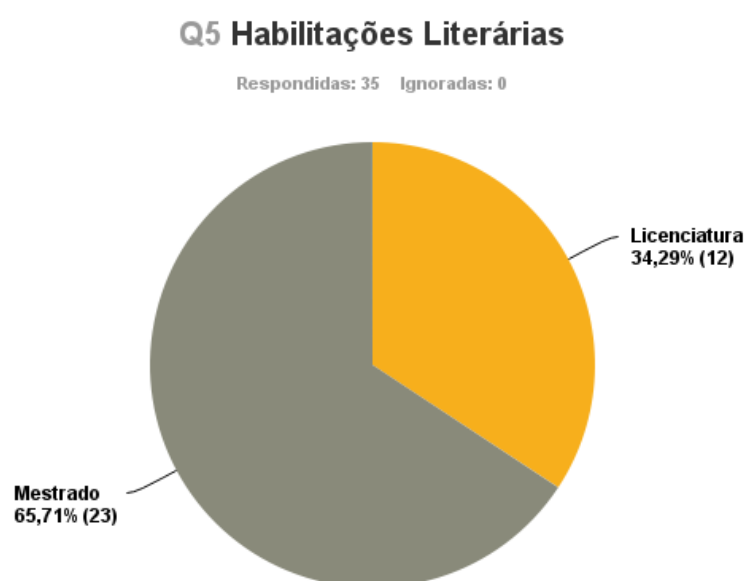
**Figura 7: Distribuição do posto da amostra em %**  
Fonte: SurveyMonkey

Relativamente ao Comando Territorial (Figura 8) onde estão inseridos os elementos da amostra, podemos ver que a dispersão é semelhante para quase todos os Comandos, excetuando-se o Comando de Castelo Branco que atinge uma percentagem de 14,29%. De realçar também que existiram Comandos dos quais não obtivemos resposta, nomeadamente do Comando de Leiria e do Comando de Coimbra.



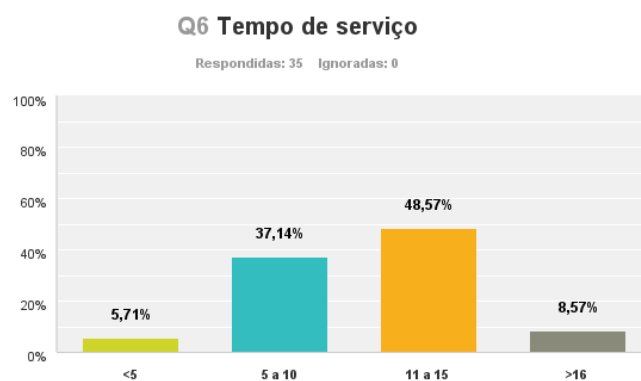
**Figura 8: Distribuição da amostra pelo Comando em %**  
Fonte: SurveyMonkey

Relativamente à Figura 9, que diz respeito às habilitações literárias dos inquiridos, é de salientar que apenas existem licenciados e mestres, sendo que a licenciatura ocupa a fatia mais pequena do bolo com uma percentagem de 34,29%, enquanto o mestrado ocupa o restante com uma percentagem de 65,71%, não deixando margem para indivíduos com doutoramento ou nível académico inferior à licenciatura. Para este último grupo era expectável que não existissem, pois a maioria, senão mesmo a totalidade, dos Cmdt DTer são Oficiais formados na Academia Militar, logo possuidores de, no mínimo, o grau académico de licenciados.



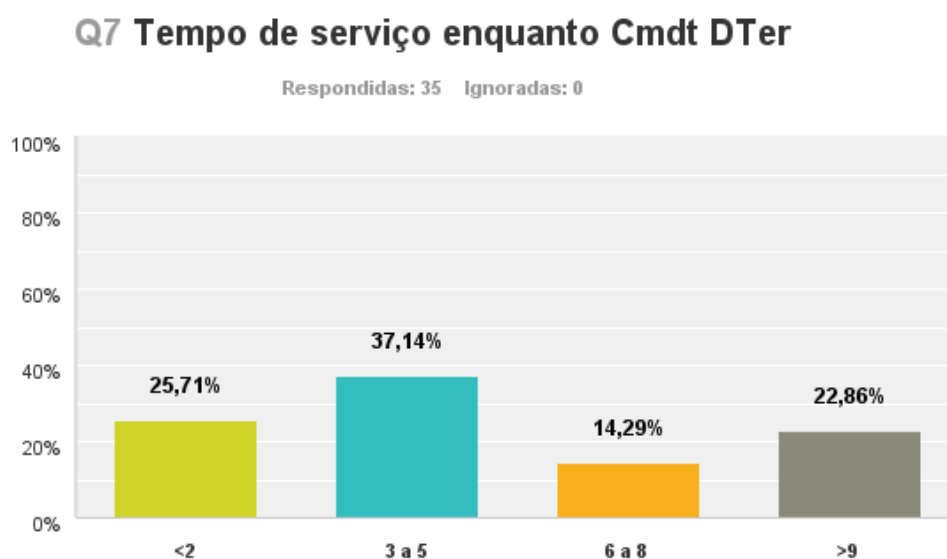
**Figura 9: Distribuição das habilitações literárias em %**  
Fonte: SurveyMonkey

A Figura 10 diz respeito ao tempo de serviço dos inquiridos e, como podemos observar, mais de metade deles tem mais de 10 anos de tempo de serviço. Para precisar, 8,57% da amostra tem mais de 16 anos de serviço e 48,57% da amostra tem entre 11 a 15 anos de serviço. Estes valores mostram-nos que uma boa parte dos inquiridos são Oficiais com uma larga experiência de Guarda Nacional Republicana, e que vêm dar um enorme contributo para este trabalho com as suas opiniões. Não menos importantes temos 37,14% dos inquiridos com tempo de serviço compreendido entre os 5 e 10 anos e apenas 5,71% com menos de 5 anos de serviço.



**Figura 10: Distribuição do tempo de serviço em %**  
Fonte: SurveyMonkey

Em complemento da figura anterior, temos agora a Figura 11 que retrata o tempo de serviço dos inquiridos enquanto Comandantes de Destacamento Territorial. Com maior expressão temos inquiridos com 3 a 5 anos neste cargo com a percentagem de 37,14%. Seguem-se os inquiridos com menos de 2 anos enquanto comandantes tendo uma percentagem de 25,71%. Com mais de 9 anos temos 22,86% dos inquiridos e, por último, temos 14,29% dos inquiridos com 6 a 8 anos de serviço neste cargo.



**Figura 11: Distribuição do tempo de serviço enquanto Cmdt DTer em %**  
Fonte: Survey Monkey

### 3.2 Grau de concordância com as afirmações

Numa segunda fase deste inquérito por questionário, pretendemos medir o grau de concordância dos inquiridos com as 19 afirmações apresentadas, de modo a auxiliar-nos a responder às questões derivadas e, por conseguinte, à questão de partida deste trabalho.

Através do *software* de análise estatística *SPSS*, realizou-se o teste de Alfa de *Cronbach* ( $\alpha$ ), Apêndice A, com o objetivo de verificar a fiabilidade das 19 afirmações feitas no questionário. Deste teste, resultou um nível de  $\alpha$  de 0,932. Vejamos o que significa este valor.

Segundo podemos constatar através da Figura 13, é seguro afirmar que o valor obtido para o alfa de *cronbach* tem uma fiabilidade elevada, e é adequado para investigação aplicada, que é o caso deste trabalho.

*CrITÉRIOS de recomendação de Fiabilidade estimada pelo  $\alpha$  de Cronbach (adaptado de Peterson, 1994)*

Autor	Condição	$\alpha$ considerado aceitável
Davis, 1964, p. 24	Previsão individual	Acima de 0.75
	Previsão para grupos de 25-50 indivíduos	Acima de 0.5
Kaplan & Sacuzzo, 1982, p. 106	Investigação fundamental	0.7-0.8
	Investigação aplicada	0.95
Murphy & Davidsholder, 1988, p. 89	Fiabilidade inaceitável	<0.6
	Fiabilidade baixa	0.7
	Fiabilidade moderada a elevada	0.8-0.9
	Fiabilidade Elevada	>0.9
Nunnally, 1978, p. 245-246	Investigação preliminar	0.7
	Investigação fundamental	0.8
	Investigação aplicada	0.9-0.95

**Figura 12: Significado do Alfa de Cronbach**

Fonte: Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). O alfa de cronbach. Portugal: Instituto Português de Psicologia Aplicada, p.73<sup>35</sup>

O grau de concordância dos inquiridos às afirmações apresentadas foi obtido através da escala apresentada no quadro seguinte:

**Quadro 2: Escala de nível do inquérito por questionário**

1	Discordo Totalmente (DT)
2	Discordo Muito (DM)
3	Discordo (D)
4	Nem Concordo Nem Discordo (NCND)
5	Concordo (C)
6	Concordo Muito (CM)
7	Concordo Totalmente (CT)

Fonte: Elaboração própria

<sup>35</sup> Disponível em <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/lp/article/viewFile/763/706>, acedido a 25 de maio de 2016.

Esta escala corresponde a uma escala do tipo *Likert*, que segundo Freixo (2012, p. 241) “é uma escala de medida que permite a um sujeito exprimir em que medida está de acordo ou em desacordo com cada um dos enunciados propostos e onde a pontuação total faculta uma indicação de atitude ou opinião do sujeito.” No caso em apreço, trata-se de obter resposta sobre atitudes e optámos por uma escala de sete elementos para tentar abranger toda a percepção dos inquiridos e existir um equilíbrio entre respostas positivas e negativas, havendo também um nível neutro.

A tabela 1 integra as respostas da afirmação n.º1: **Sou conhecedor do Policiamento Orientado pelas Informações.**

**Tabela 1: Dados das respostas à afirmação n.º 1**

Tabela 1. Dados das respostas a afirmação II. 1									
	Afirmação 1			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	1	2,86%	11,43%	4,71	5	5	1,18	1	7
DM	2	5,71%							
D	1	2,86%							
NCND	5	14,29%							
C	20	57,14%	74,29%						
CM	5	14,29%							
CT	1	2,86%							
Total	35	100%							

**Fonte: Elaboração Própria**

Esta afirmação serviu apenas para aferirmos o nível de conhecimento dos inquiridos relativamente à temática e, segundo os resultados, é seguro afirmar que a amostra em causa está dentro do tema pois cerca de 75% dos inquiridos se encontram num nível positivo de concordância. Esta percentagem é ainda reforçada com o valor da média (4,71), da mediana (5) e ainda da moda (5).

A tabela 2 integra as respostas da afirmação n.º 2: **Este modelo é vantajoso para o serviço da Guarda.**

**Tabela 2: Dados das respostas à afirmação n.º 2**

	Afirmação 2			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	1	2,94%	5,88%	5,59	6	6	1,24	1	7
DM	1	2,94%							
D	0	0,00%							
NCND	0	0,00%							
C	11	32,35%	94,12%						
CM	15	44,12%							
CT	6	17,65%							
Total	34	100%							

Fonte: Elaboração própria

Os valores presentes nesta tabela não deixam margem para dúvidas no que diz respeito à opinião dos inquiridos quanto à vantagem deste modelo para o serviço da Guarda. Cerca de 94% dos inquiridos se encontram num nível positivo de concordância e estes números são ainda reforçados pelo valor da média (5,59), mediana (6) e moda (6).

A tabela 3 integra as respostas à afirmação n.º 3: **Este modelo é praticado na Unidade onde estou inserido.**

**Tabela 3: Dados das respostas à afirmação n.º 3**

	Afirmação 3			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	1	2,86%	20,00%	4,37	5	5	1,15	1	6
DM	2	5,71%							
D	4	11,43%							
NCND	7	20,00%							
C	18	51,43%	60,00%						
CM	3	8,57%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Analisando a tabela podemos verificar que a maior parte dos inquiridos concorda com a afirmação, perfazendo uma percentagem de 60%. No entanto, 20% dos inquiridos encontram-se num nível negativo de concordância e outros 20% num nível neutro, o que nos leva a afirmar que existem Comandos Territoriais, ou pelo menos Destacamentos Territoriais

que não praticam o POI, mesmo se 95% dos inquiridos concordar que este modelo é vantajoso.

Estas percentagens são reforçadas da mediana (5) e da moda (5), no entanto a média (4,37) aproxima-se mais do nível neutro de concordância.

A tabela 4 integra as respostas à afirmação n.º 4: **A aplicação deste modelo é universal em todos os escalões.**

**Tabela 4: Dados das respostas à afirmação n.º 4**

Tabela 4. Dados das respostas à afirmação n.º 4									
	Afirmação 4			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	1	2,86%	42,86%	3,77	4	4	1,48	1	7
DM	8	22,86%							
D	6	17,14%							
NCND	9	25,71%	31,43%						
C	6	17,14%							
CM	4	11,43%							
CT	1	2,86%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar na tabela 4, as opiniões estão divididas no que toca à aplicação deste modelo em todos os escalões. Tanto é, que a mediana e a moda têm o valor 4 e a média aproxima-se bastante deste valor. Ainda assim, 42,86% dos inquiridos consideram que a aplicação deste modelo não é universal em todos os escalões. Todavia, 31,43% têm opinião oposta, pelo que consideram que este modelo seja aplicado em todos os escalões. Também com uma percentagem substancial, temos cerca de 25% dos inquiridos no nível neutro de concordância.

A tabela 5 integra as respostas dadas à afirmação n.º 5: **Os SI de que dispomos são adequados a este modelo.**

**Tabela 5: Dados das respostas à afirmação n.º 5**

	Afirmação 5			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	4	11,43%	51,43%	3,46	3	3	1,32	1	6
DM	3	8,57%							
D	11	31,43%							
NCND	8	22,86%							
C	8	22,86%	25,72%						
CM	1	2,86%							
CT	0	0.00%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Mais de metade dos inquiridos, 51,43% para ser mais preciso, é da opinião que os SI de que dispomos não são adequados ao POI. Uma percentagem de 25,72% dos inquiridos tem a opinião contrária e considera os SI adequados. 22,86% dos inquiridos não concorda nem discorda com esta afirmação. É seguro afirmar, tendo também em conta a moda (3) e a mediana (3) que os SI parecem não ser os mais adequados para o modelo em causa.

A tabela 6 integra as respostas à afirmação n.º 6: **Os SI de que dispomos possibilitam rápido acesso à informação.**

**Tabela 6: Dados das respostas à afirmação n.º 6**

	Afirmação 6			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	4	11,43%	60,00%	3,23	3	3	1,37	1	6
DM	7	20,00%							
D	10	28,57%							
NCND	7	20,00%	20,00%						
C	5	14,29%							
CM	2	5,71%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Olhando para a tabela 6 é seguro afirmar que, na opinião dos inquiridos, os SI de que dispomos não possibilitam rápido acesso à informação. Partilham desta opinião 60% dos inquiridos, enquanto apenas 20% têm a opinião contrária. Tanto a mediana (3) como a moda (3) apontam para o mesmo sentido.

A tabela 7 integra as respostas dadas à afirmação n.º 7: **A informação carregada nos SI é adequada.**

**Tabela 7: Dados das respostas à afirmação n.º 7**

	Afirmação 7			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	3	8,57%	51,43%	3,57	3	3	1,38	1	6
DM	4	11,43%							
D	11	31,43%							
NCND	7	20,00%	28,57%						
C	7	20,00%							
CM	3	8,57%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria



Analisando a tabela 7 constatamos que 51,43% dos inquiridos não considera as informações carregadas nos SI adequadas, ao passo que 28,57% considera-as adequadas. 20% dos inquiridos ocupam o nível neutro de concordância. Posto isto, e juntando a mediana (3) e a moda (3) à equação, somos levamos a acreditar que as informações que são carregadas nos SI não são adequadas.

A tabela 8 integra as respostas dadas à afirmação n.º 8: **A informação carregada nos SI é analisada.**

**Tabela 8: Dados das respostas à afirmação n.º 8**

	Afirmação 8			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	3	8,57%	45,72%	3,57	4	5	1,34	1	6
DM	5	14,29%							
D	8	22,86%							
NCND	8	22,86%							
C	10	28,57%	31,43%						
CM	1	2,86%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

**Fonte: Elaboração própria**

Segundo a tabela 8, 45,72% dos inquiridos é da opinião que a informação carregada nos SI é analisada, contudo 31,43% é de opinião diferente. Dada esta divisão de resultados, e tendo em conta que 22,86% dos inquiridos não concorda nem discorda com a afirmação, poderíamos tirar algumas ilações da estatística descritiva, no entanto também ela concorre para o mesmo sentido, tendo a média um valor perto de 4 (NCND) e a mediana o valor de 4 também. Apesar da discordância ter maiores percentagens, não podemos tirar conclusões seguras quanto a esta afirmação.

A tabela 9 integra as respostas à afirmação n.º 9: **As ferramentas de análise de que dispomos são adequadas.**

**Tabela 9: Dados das respostas à afirmação n.º 9**

	Afirmação 9			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	4	11,43%	65,72%	3,09	3	3	1,23	1	5
DM	7	20,00%							
D	12	34,29%							
NCND	6	17,14%							
C	6	17,14%	17,14%						
CM	0	0,00%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

**Fonte: Elaboração própria**

Tendo a tabela 9 como referência, observamos que 65,72% dos inquiridos se inserem no nível negativo de concordância desta afirmação e apenas 17,14% têm opinião contrária e a mesma percentagem que fica pelo nível neutro de concordância. É seguro então afirmar que, de acordo com os inquiridos, as ferramentas de análise de que a GNR dispõe não são, de todo, adequadas.

A tabela 10 integra as respostas à afirmação n.º 10: **A informação analisada tem valor acrescentado.**

**Tabela 10: Dados das respostas à afirmação n.º 10**

	Afirmação 10			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	2	5,71%	20,00%	4,6	5	5	1,59	1	7
DM	4	11,43%							
D	1	2,86%							
NCND	4	11,43%							
C	15	42,86%	68,57%						
CM	6	17,14%							
CT	3	8,57%							
Total	35	100%							

**Fonte: Elaboração própria**

Tendo por base a análise à tabela 10, podemos verificar que o nível positivo de concordância foi escolhido por uma larga parte dos inquiridos, mais precisamente por

68,57%. Com uma opinião diferente desta, temos 20% dos inquiridos que não concordam com a afirmação, deixando 11,43% no nível neutro de concordância. Podemos concluir que a informação analisada tem valor acrescentado.

A tabela 11 integra as respostas à afirmação n.º 11: **As ferramentas de análise permitem cruzar dados dos diferentes SI.**

**Tabela 11: Dados das respostas à afirmação n.º 11**

	Afirmação 11			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	2	5,71%	48,57%	3,54	4	5	1,32	1	6
DM	7	20,00%							
D	8	22,86%							
NCND	7	20,00%							
C	10	28,57%	31,43%						
CM	1	2,86%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

**Fonte: Elaboração própria**

Como é possível constatar pela tabela 11, as opiniões dos inquiridos são bastante divididas, sendo que 48,57% deles optaram pelo nível negativo de concordância, em oposição dos 31,43% que se encontram no nível positivo de concordância. No nível neutro, temos 20% dos inquiridos. Analisando a estatística descritiva para tirarmos alguma conclusão, continuamos no mesmo impasse. Desta forma, mesmo o nível de discordância tendo a maior percentagem, não podemos tirar conclusões certas relativamente a esta afirmação.

A tabela 12 integra as respostas à afirmação n.º 12: **Estes dados potenciam a compreensão dos fenómenos criminais.**

**Tabela 12: Dados das respostas à afirmação n.º 12**

	Afirmação 12			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	1	2,86%	20,00%	4,8	5	5	1,45	1	7
DM	3	8,57%							
D	3	8,57%							
NCND	2	5,71%							
C	14	40,00%	74,28%						
CM	10	28,57%							
CT	2	5,71%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Observando a tabela 12, constatamos que 74,28% dos inquiridos se encontram no nível de concordância com a afirmação. No sentido inverso temos 20% que se inserem no nível da discordância. Apenas 5,71% dos inquiridos optaram por se manter no nível neutro de concordância. Com base nestas percentagens é seguro afirmar que estes dados potenciam a compreensão de fenómenos criminais.

A tabela 13 integra as respostas à afirmação n.º 13: **O Comando Territorial onde estou inserido rentabiliza os SI.**

**Tabela 13: Dados das respostas à afirmação n.º 13**

	Afirmação 13			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	2	5,71%	22,85%	4,09	4	5	1,16	1	5
DM	2	5,71%							
D	4	11,43%							
NCND	10	28,57%							
C	17	48,57%	48,57%						
CM	0	0,00%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Analisando a tabela 13, podemos verificar que nenhum dos níveis alcançou os 50%, o que poderia ser indicativo de pouca consistência dos resultados. Contudo há uma diferença considerável entre o nível positivo e negativo de concordância, sendo que o primeiro foi escolhido por 48,57% dos inquiridos e o segundo apenas por 22,85%. Uma boa percentagem dos inquiridos preferiu optar por um nível neutro de concordância. Uma possível razão para

estas percentagens pode ser o facto da implementação das várias ferramentas de informação ter sido executada de forma díspar entre os vários Comandos Territoriais. Ainda assim, as percentagens não se consideram suficientes para se poder concluir algo com rigor para esta afirmação.

A tabela 14 integra as respostas à afirmação n.º 14: **O Comando Territorial faz o tratamento destes dados.**

**Tabela 14: Dados das respostas à afirmação n.º 14**

	Afirmação 14			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	0	0,00%	20,00%	4,26	5	5	1,02	2	5
DM	4	11,43%							
D	3	8,57%							
NCND	8	22,86%							
C	20	57,14%	57,14%						
CM	0	0,00%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

**Fonte: Elaboração própria**

Tendo como referência a tabela 14, verificamos que 57,14% dos inquiridos inserem-se no nível positivo de concordância com a afirmação. Por outro lado, 20% está em desacordo, deixando assim uma percentagem de 22,86% num nível neutro de concordância. Com base nestas percentagens, e reforçadas pela estatística descritiva, podemos assumir que os Comandos Territoriais fazem o tratamento destes dados.

A tabela 15 integra-se nas respostas à afirmação n.º 15: **Com base nos dados, o Comando Territorial orienta o policiamento na ZA.**

**Tabela 15: Dados das respostas à afirmação n.º 15**

	Afirmação 15			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	1	2,86%	25,72%	4,09	4	5	1,20	1	6
DM	4	11,43%							
D	4	11,43%							
NCND	10	28,57%							
C	14	40,00%	45,71%						
CM	2	5,71%							
CT	0	0,00%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez podemos constatar, através da tabela 15, que nenhum dos níveis alcançou os 50%, logo o desfecho será não poderemos concluir nada de forma segura quanto a esta afirmação. No entanto é interessante olhar para as percentagens e tentar dar-lhes algum sentido. Podemos verificar que 45,71% dos inquiridos optaram pelo nível positivo de concordância, enquanto 25,72% optou pelo inverso, deixando assim uma percentagem considerável de 28,57% no nível neutro. No nosso entender, estas percentagens díspares podem estar relacionadas com vários aspetos. Por exemplo, o CTer pode confiar o suficiente nos escalões inferiores para deixá-los orientar o policiamento nas respetivas ZA e simplesmente não interferir com a decisão dos Cmdt DTer. Outra pode ser, por exemplo, por determinação superior hierárquica, orientar ou não o esforço de policiamento da ZA. Todavia vamos optar por não tirar conclusões quanto à afirmação.

A tabela 16 integra-se nas respostas à afirmação n.º 16: **Tomo decisões mais facilmente estando bem informado.**

**Tabela 16: Dados das respostas à afirmação n.º 16**

	Afirmação 16			Estatística Descritiva											
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.						
DT	0	0,00%	0,00%	6,14	6	7	0,83	4	7						
DM	0	0,00%													
D	0	0,00%													
NCND	1	2,86%													
C	7	20,00%	97,14%												
CM	13	37,14%													
CT	14	40,00%													
Total	35	100%													

Fonte: Elaboração própria

Com base na tabela 16, observamos que quase a totalidade dos inquiridos se encontra no nível positivo de concordância com uma percentagem de 97,14%. Podemos também constatar que o nível negativo de concordância não teve qualquer aderência e apenas 1 dos inquiridos optou por se manter neutro. Com base na tabela, é bastante seguro afirmar que, segundo os inquiridos, é mais fácil tomar decisões estando bem informados.

A tabela 17 integra-se nas respostas à afirmação n.º 17: **Os SI têm um papel importante na minha tomada de decisão.**

**Tabela 17: Dados das respostas à afirmação n.º 17**

	Afirmação 17			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	2	5,71%	14,28%	4,83	5	5	1,50	1	7
DM	1	2,86%							
D	2	5,71%							
NCND	6	17,14%							
C	14	40,00%	68,58%						
CM	5	14,29%							
CT	5	14,29%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Analisando a tabela 17, verificamos que 68,58% dos inquiridos concordam que os SI têm um papel importante na sua tomada de decisão. Porém, 14,28% defendem justamente o contrário e apenas 17,14% se mantêm neutro. Verificadas as percentagens e reforçadas da média (4,83), moda (5) e mediana (5), temos bases para afirmar que os SI têm um papel importante na tomada de decisão.

A tabela 8 integra as respostas à afirmação n.º 18: **A análise feita às informações apoia a minha decisão.**

**Tabela 18: Dados das respostas à afirmação n.º 18**

	Afirmação 18			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	2	5,71%	8,57%	4,86	5	5	1,31	1	7
DM	1	2,86%							
D	0	0,00%							
NCND	4	11,43%							
C	21	60,00%	80,00%						
CM	4	11,43%							
CT	3	8,57%							
Total	35	100%							

Fonte: Elaboração própria

Tendo como referência a tabela 18, podemos constatar que o nível positivo de concordância obteve uma percentagem de 80% dos inquiridos. Já o nível oposto atingiu os 8,57%, enquanto 11,43% decidiu ficar no nível neutro. Estas percentagens são ainda reforçadas com a média (4,86), a mediana (5) e a moda (5). Posto isto, temos elementos suficientes para afirmar que a análise que é feita às informações têm importância e apoia a tomada de decisão.

A tabela 19 integra as respostas à afirmação n.º 19: **Oriento o policiamento na minha ZA com base nas informações.**

**Tabela 19: Dados das respostas à afirmação n.º 19**

	Afirmação 19			Estatística Descritiva					
Níveis	Frequência	%	Soma	Média	Mediana	Moda	D.P.	Min.	Máx.
DT	3	8,57%	17,14%	4,69	5	5	1,56	1	7
DM	2	5,71%							
D	1	2,86%							
NCND	3	8,57%							
C	16	45,71%	74,28%						
CM	8	22,86%							
CT	2	5,71%							
Total	35	100%							

**Fonte: Elaboração própria**

Analisando a tabela 19, observamos que 74,28% dos inquiridos se encontra no nível positivo de concordância enquanto apenas 17,14% pende para o lado contrário. No nível neutro temos uma percentagem de 8,57%. A estatística descritiva aponta para o mesmo sentido que as percentagens, logo temos bases suficientes para concluir que uma boa parte dos inquiridos orienta o esforço de policiamento na sua ZA com base nas informações.



## CONCLUSÃO

O presente trabalho de investigação aplicada visa perceber o impacto dos sistemas de informação da GNR na tomada de decisão do Cmdt, designadamente na orientação do esforço de policiamento. Para tal, no início deste trabalho, foram abordados os principais conceitos que giram em torno desta temática, tendo em conta o ponto de vista de diversos autores. Numa primeira fase abordou-se a segurança, conceito importantíssimo pois é através dele que conseguimos perceber a evolução (e a razão da mesma) da maneira de fazer polícia.

Posteriormente foi abordado isso mesmo: a maneira de fazer polícia. Vimos qual o seu conceito, passando pelo cunho de vários autores, e passo a passo com o tempo, foi também evoluindo o conceito inicial. Passámos pelo desacordo terminológico entre os anglo-saxónicos e os continentais entre o *community policing* e o *police de proximité*, respetivamente. De seguida vimos as características do POP e aquilo que trouxe de novo. Chegámos depois ao cerne da temática em apreço: o POI. Destacámos as principais diferenças conceptuais entre este e os restantes modelos, a sua origem, as suas prioridades, fatores que influenciaram o seu desenvolvimento, o modo como ele funciona, entre outros.

Numa fase final do primeiro capítulo de enquadramento teórico deste trabalho, abordámos um conceito considerado basilar no modelo de policiamento em causa: as informações. Vimos a distinção entre este e outros conceitos, com os quais era confundido. Vimos aquilo que este conceito encerra, a sua “hierarquia” perante outros, e ainda o seu ciclo de produção. Vimos ainda alguns aspetos relacionados com os sistemas de informação na GNR, sendo que estes também ocupam um lugar de destaque nesta temática.

De seguida, após a revisão bibliográfica, apresentámos, analisámos e discutimos os resultados obtidos dos inquéritos por questionário no capítulo 3. Desta feita vai ser possível neste capítulo responder às questões derivadas que foram levantadas no começo do trabalho e, por conseguinte, dar também resposta à questão de partida. Por último, são elencadas as limitações com que nos deparámos durante a elaboração do trabalho e também algumas recomendações.

Uma vez que este estudo não é hipotético-dedutivo mas apenas dedutivo, não houve lugar para a definição de hipóteses para serem neste momento confirmadas ou infirmadas.

Passemos então diretamente à resposta às questões derivadas e de partida a que nos propusemos responder.

**Questão derivada 1: Os sistemas de informação atuais são adequados às necessidades de informação das subunidades operacionais no esforço do seu policiamento diário?**

Como podemos constatar através das respostas ao inquérito por questionário, mais precisamente nas afirmações 5, 6 e 7, que concorrem diretamente para esta questão, somos levados a concluir que parte dos inquiridos considera que os SI atuais na GNR não são adequados às necessidades de informação.

**Questão derivada 2: Existem ferramentas de análise, de sobreposição a estes sistemas, que permitam compreender os fenómenos criminais para melhor orientar o policiamento, com base nessas informações?**

As afirmações do inquérito por questionário que nos ajudam a responder a esta questão, são as afirmações 8, 9 e 11. Apesar de na análise dos resultados não podermos tirar conclusões com alguma certeza das afirmações 8 e 11 do questionário, constatámos claramente que a opinião dos inquiridos pendia consideravelmente para o nível da discordância. Para dar mais força a este aspeto, a afirmação 9 aponta para o mesmo sentido da discordância e as percentagens não dão margem para dúvidas. Os Cmdt DTer consideram não existir ferramentas de análise de sobreposição a estes sistemas, no entanto, analisando as percentagens à afirmação 10, os inquiridos reconhecem que a informação analisada tem valor acrescentado.

**Questão derivada 3: Os Comandos Territoriais rentabilizam estes sistemas e direcionam e orientam os escalões inferiores na definição das suas prioridades de policiamento?**

Caso idêntico ao anterior, mas com desfecho diferente. Para esta questão, as afirmações que nos auxiliam à sua resposta são a 13, 14 e 15. Apesar das afirmações 13 e 15 não possuírem percentagens que ofereçam uma segurança inabalável, é indiscutível que elas pesam para o mesmo lado do fiel da balança: o nível positivo de concordância. Aliado a isto, a afirmação 14 pende para o mesmo lado. Temos então alguma sustentação para concluirmos que os CTer rentabilizam estes sistemas e orientam os escalões inferiores nas suas prioridades de policiamento.

Respondidas as perguntas derivadas, estamos agora em condições de responder à questão de partida e tecer algumas reflexões finais. A questão de partida formulada no início

deste trabalho é: **Qual o impacto dos sistemas de informação na orientação do esforço de policiamento da GNR?**

Tendo por base a análise ao inquérito por questionário feito aos Cmdt DTer, conseguimos concluir que os sistemas de informação têm um grande impacto naquilo que é a tomada de decisão, e isto é corroborado pelas percentagens obtidas nas afirmações 16, 17, 18 e 19. No entanto, como já vimos anteriormente na resposta às questões derivadas, também concluímos que, de acordo com os inquiridos, os SI de que a GNR dispõe não são de todo adequados às suas necessidades operacionais. Os inquiridos reconhecem a importância dos SI como ferramenta de apoio, no entanto também reconhecem que ainda têm defeitos, seja porque não disponibilizam rápido acesso à informação de que necessitam, ou porque a informação carregada nestes SI não é adequada.

Também podemos concluir que a informação que é analisada tem um valor reconhecidamente acrescentado, porém, analisando a afirmação 8 e mesmo não podendo tirar conclusões seguras derivado das percentagens obtidas, podemos facilmente concluir que a informação carregada nos SI não é devidamente analisada, aliado ao facto de não possuímos ferramentas de análise adequadas, como é possível constatar nas percentagens obtidas à afirmação 9.

Posto isto, constatámos que a Guarda deve tentar resolver esta dicotomia de os SI serem reconhecidamente importantes na tomada de decisão, mas, na ótica dos inquiridos, não serem adequados às necessidades operacionais da GNR. Importante também será a GNR debruçar-se sobre as ferramentas de análise de informação, como verificámos anteriormente.

Como limitações a este trabalho apontamos o facto de apenas trabalharmos com 35 das 86 respostas que deveriam ter sido recebidas. Teria sido uma mais-valia trabalhar com os resultados da totalidade dos Cmdt DTer.

## **RECOMENDAÇÕES**

Para estudos posteriores, recomendaríamos um estudo comparativo entre o caso nacional dos sistemas de informação e um outro estrangeiro de sucesso para verificar as boas práticas e propor melhorias que poderiam ser feitas no caso português. O mesmo se aplica para as ferramentas de análise da informação.

## BIBLIOGRAFIA

- ACS. (2000). *Intelligence Doctrine*. Canberra: Australian Customs Service.
- Almeida, P. P. (2013). *Como tornar Portugal um País mais seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade*. Lousã: Bnomics.
- Alves, A. C. (2008). *Em Busca de Uma Sociologia de Policia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Assembleia da Republica. (2008). Lei nº53/2008. *Diário da República, 1.ª série — N.º 167 — 29 de Agosto de 2008*, pp.6135 - 6141.
- Bayley, D. (1994a). *Police for the Future*. New York: Oxford University Press.
- Bittner, E. (1975). *The Functions of the Police in Modern Society: A Review of Background Factors, Current Practises and Possible Role Models*. New York: Aronson.
- Carter, J. G. (2011). *Policing Innovation: Exploring The Adoption Of Intelligence-led Policing*. Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy, Michigan: Michigan State University.
- Davenport, T. (1997). *Information Ecology: Mastering the Information and Knowledge Environment*. New York: Oxford University Press.
- Dieu, F. (2001). Aperçu Sur Les Expériences Françaises de Police de Proximité. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, n.º 3, 263.
- Dieu, F., & Mignon, P. (2002). *Sécurité et proximité. La mission de surveillance générale de la gendarmerie: perceptions et réalités*. Paris: L'Harmattan.
- Eck, J. E., Chainey, S., Cameron, J. G., Leitner, M., & Wilson, R. E. (2005). *Mapping Crime: Understanding Hotspots*. Washington DC: US Department of Justice.
- Flanagan, R. (2008). *The Review of Policing: Final Report*. London: Home Office.
- Fonseca, J. N. (2010). *Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2009/2010 - O Conceito de Segurança Nacional Perspectivado para 2030*. Lisboa: IESM.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto PIAGET.
- Fuentes, J. (2006). *Practical Guide to Intelligence-led Policing*. New Jersey: New Jersey State Police.

- Guarda Nacional Republicana - Direção de Operações (2016). NEP/GNR - 8.80 de 16 de maio de 2016. Lisboa. Comando Operacional
- Gil, A. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Jones, T., & Newburn, T. (1998). *Private Security and Public Policing*. Oxford: Clarendon Press.
- Lakatos, E., & Marconi, M. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Machado, J. P. (2003). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (5ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). *O alfa de cronbach*. Portugal: Instituto Português de Psicologia Aplicada.
- McLaughling, E., & Muncie, J. (2001). *The Sage Dictionnary of Criminology*. London: SAGE Publications.
- Moleirinho, P. (janeiro de 2009). Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado Pelas Informações. Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança, Lisboa: Faculdade Nova de Lisboa.
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la police*. Paris: Éditions la Découverte.
- Newburn, T. (2008). *Handbook of Policing* (2nd Edition ed.). London: Routledge.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Peterson, M. (2005). *Intelligence-led Policing: The New Intelligence Architecture*. Washington DC: US Department of Justice.
- Quivy, R., & Camenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: gradiva.
- Ratcliffe, J. (2003). Intelligence-led Policing. *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, p. 248.
- Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led Policing*. New York: Routledge.
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Scott, M. (2000). *Problem Oriented Policing: Reflections on The First 20 Years*. Washington DC: Department of Justice: Office of Community-oriented Policing Services.

- Trojanowicz, R., & Bucqueroux, B. (1994). *Community Policing: how to get started*. Cincinnati: Anderson Publishers.
- Valente, M. M. (2005). *I Colóquio de Segurança Interna*. Lisboa: Almedina.
- Varajão, J. (1998). *A Arquitectura da Gestão de Sistemas de Informação*. FCA - Editora de Informática.
- Varajão, J., & Amaral, L. (2000). *Planeamento de Sistemas de Informação*. Lisboa: FCA.

## **APÊNDICES**



## **Apêndice A - Teste Alfa de *Cronbach***

Teste Alfa de *Cronbach*

**Tabela 20: Teste de Alfa de Cronbach**

<b>Estatísticas de confiabilidade</b>	
<b>Alfa de Cronbach</b>	<b>N de itens</b>
<b>,932</b>	<b>19</b>

**Fonte: Adaptado de SPSS**

## Apêndice B



### Questionário-Teste: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento

#### 1. Apresentação

Aspirante de Infantaria da GNR David Raposo

O presente questionário tem como objetivo realizar um pré-teste ao inquérito por questionário intitulado: "intelligence-led policing: o papel dos sistemas de informação no planeamento e orientação do esforço de policiamento".

Este questionário visa a correção de possíveis erros ortográficos existentes assim como identificar possíveis dificuldades sentidas pelos inquiridos na interpretação das questões apresentadas.

No final do questionário poderá apresentar sugestões de adição, supressão ou reformulação de perguntas, bem como da estrutura do questionário.

Obrigado!

Figura 13: Questionário pré-teste  
Fonte: Adaptado de SurveyMonkey



**Questionário-Teste: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento**

**2. Caracterização da Amostra**

Pretende-se com este grupo fazer a caracterização sociodemográfica da amostra.

1. Idade

2. Género

3. Posto

4. Comando Territorial

5. Habilitações Literárias

6. Tempo de serviço

7. Tempo de serviço enquanto Cmdt D.Ter

**Figura 14: Questionário pré-teste (2)**  
**Fonte: Adaptado de SurveyMonkey**



### Questionário-Teste: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento

#### 3. O papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de planeamento

Pretende-se neste grupo avaliar o seu grau de concordância com as afirmações. Para cada afirmação assinala o campo que melhor corresponde à sua opinião.

#### 8. Afirmações

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
1. Sou conhecedor do Policiamento Orientado pelas Informações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Este modelo é vantajoso para o serviço da Guarda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Este modelo é praticado na Unidade onde estou inserido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. A aplicação deste modelo é universal em todas as escales	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Os SI de que dispomos são adequados a este modelo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Os SI de que dispomos possibilitam rápido acesso à informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 15: Questionário pré-teste (3)  
Fonte: Adaptado de SurveyMonkey

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
7. A informação conseguida nos SI é adequada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. A informação conseguida nos SI é analizada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. As ferramentas de análise de que disponho são adequadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. A informação analizada tem valor acrescentado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. As ferramentas de análise permitem cruzar dados dos diferentes SI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. Estes dados potenciam a compreensão dos fenómenos criminais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. O CTier onde estou inserido rentabiliza os SI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14. O CTier faz o tratamento destes dados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15. Com base nos dados, o CTier orienta o policiamento na ZA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16. Tomo decisões mais facilmente estando bem informado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17. Os SI têm um papel importante na minha tomada de decisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18. A análise feita às informações apoia a minha decisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19. Oriento o policiamento na minha ZA com base nas informações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 16: Questionário pré-teste (4)  
Fonte: Adaptado de SurveyMonkey



**Questionário-Teste: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento**

**4. Estrutura do questionário**

Pretende-se com este grupo colher informação acerca do questionário.

9. Sentiu dificuldades de interpretação de alguma pergunta? Qual(ais)?

10. Verificou algum erro? Qual(ais)?

11. Como classifica o tempo dispendido para o questionário?

12. Como classifica visualmente o questionário?

13. Sugestões; Recomendações.

**Figura 17: Questionário pré-teste (5)**  
**Fonte: Adaptado de SurveyMonkey**



**Questionário-Teste: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento**

**5. Agradecimento**

Grato pela sua colaboração!  
Com os melhores cumprimentos,  
Aspirante de Infantaria da GNR David Raposo

**Figura 18: Questionário pré-teste (6)**  
**Fonte: Adaptado de SurveyMonkey**

## Apêndice C



### Questionário: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento

#### 1. Apresentação

Aspirante de Infantaria da GNR David Raposo

O presente questionário surge no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à atribuição do grau académico de Mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, da Guarda Nacional Republicana pela Academia Militar, subordinado ao tema "Intelligence-led policing: o papel dos sistemas de informação no planeamento e orientação do esforço de policiamento".

Este questionário visa sobretudo avaliar a concordância dos Comandantes de Destacamento Territorial com as afirmações apresentadas, relativamente ao assunto em questão, com o objetivo de perceber o impacto dos Sistemas de Informação (SI) na tomada de decisão.

Obrigado!

Figura 19: Questionário final  
Fonte: Adaptado de SurveyMonkey





**Questionário: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento**

**2. Caracterização da Amostra**

Pretende-se com este grupo fazer a caracterização sociodemográfica da amostra.

1. Idade

2. Género

3. Posto

4. Comando Territorial

5. Habilitações Literárias

6. Tempo de serviço

7. Tempo de serviço enquanto Cmdt DTer

**Figura 20: Questionário final (2)**  
**Fonte: Adaptado de SurveyMonkey**



**Questionário: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento**

**3. O papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de planeamento**

Pretende-se neste grupo avaliar o seu grau de concordância com as afirmações. Para cada afirmação assinale o campo que melhor corresponde à sua opinião.

**8. Afirmações**

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
1. Sou conhecedor do Policiamento Orientado pelas Informações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Este modelo é vantajoso para o serviço da Guarda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Este modelo é praticado na Unidade onde estou inserido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. A aplicação deste modelo é universal em todos os escalões	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Os SI de que dispomos são adequados a este modelo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Os SI de que dispomos possibilitam rápido acesso à informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Figura 21: Questionário final (3)**  
**Fonte: Adaptado de SurveyMonkey**

	Discordo Totalmente	Discordo Muito	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
7. A informação carregada nos SI é adequada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. A informação carregada nos SI é analisada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. As ferramentas de análise de que dispomos são adequadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. A informação analisada tem valor acrescentado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. As ferramentas de análise permitem cruzar dados dos diferentes SI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. Estes dados potenciam a compreensão dos fenómenos criminais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. O CTer onde estou inserido rentabiliza os SI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14. O CTer faz o tratamento destes dados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15. Com base nos dados, o CTer orienta o policiamento na ZA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16. Tomo decisões mais facilmente estando bem informado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17. Os SI têm um papel importante na minha tomada de decisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18. A análise feita às informações apóia a minha decisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19. Oriento o policiamento na minha ZA com base nas informações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Figura 22: Questionário final (4)  
Fonte: Adaptado de SurveyMonkey



**Questionário: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento**

#### **4. Agradecimento**

Grato pela sua colaboração!  
Com os melhores cumprimentos,  
Aspirante de Infantaria da GNR David Raposo

**Figura 23: Questionário final (5)**  
**Fonte: Adaptado de SurveyMonkey**

## Apêndice D

Questionário: Intelligence-led Policing: o papel dos SI no planeamento e orientação do esforço de policiamento

SurveyMonkey

### Q8 Afirmações

Respondidas: 35 Ignoradas: 0

	Discordo Totalmente (1)	Discordo Muito (2)	Discordo (3)	Nem Concordo Nem Discordo (4)	Concordo (5)	Concordo Muito (6)	Concordo Totalmente (7)	Total	Média ponderada
1. Sou conhecedor do Policiamento Orientado pelas Informações	2,86% 1	5,71% 2	2,86% 1	14,29% 5	57,14% 20	14,29% 5	2,86% 1	35	4,71
2. Este modelo é vantajoso para o serviço da Guarda	2,94% 1	2,94% 1	0,00% 0	0,00% 0	32,35% 11	44,12% 15	17,65% 6	34	5,59
3. Este modelo é praticado na Unidade onde estou inserido	2,86% 1	5,71% 2	11,43% 4	20,00% 7	51,43% 18	8,57% 3	0,00% 0	35	4,37
4. A aplicação deste modelo é universal em todos os escalões	2,86% 1	22,86% 8	17,14% 6	25,71% 9	17,14% 6	11,43% 4	2,86% 1	35	3,77
5. Os SI de que dispomos são adequados a este modelo	11,43% 4	8,57% 3	31,43% 11	22,86% 8	22,86% 8	2,86% 1	0,00% 0	35	3,45
6. Os SI de que dispomos possibilitam rápido acesso à informação	11,43% 4	20,00% 7	28,57% 10	20,00% 7	14,29% 5	5,71% 2	0,00% 0	35	3,23
7. A informação carregada nos SI é adequada	8,57% 3	11,43% 4	31,43% 11	20,00% 7	20,00% 7	8,57% 3	0,00% 0	35	3,57
8. A informação carregada nos SI é analisada	8,57% 3	14,29% 5	22,86% 8	22,86% 8	28,57% 10	2,86% 1	0,00% 0	35	3,57
9. As ferramentas de análise de que dispomos são adequadas	11,43% 4	20,00% 7	34,29% 12	17,14% 6	17,14% 6	0,00% 0	0,00% 0	35	3,09
10. A informação analisada tem valor acrescentado	5,71% 2	11,43% 4	2,86% 1	11,43% 4	42,86% 15	17,14% 6	8,57% 3	35	4,60
11. As ferramentas de análise permitem cruzar dados dos diferentes SI	5,71% 2	20,00% 7	22,86% 8	20,00% 7	28,57% 10	2,86% 1	0,00% 0	35	3,54
12. Estes dados potenciam a compreensão dos fenómenos criminais	2,86% 1	8,57% 3	8,57% 3	5,71% 2	40,00% 14	28,57% 10	5,71% 2	35	4,80
13. O CTer onde estou inserido rentabiliza os SI	5,71% 2	5,71% 2	11,43% 4	28,57% 10	48,57% 17	0,00% 0	0,00% 0	35	4,09
14. O CTer faz o tratamento destes dados	0,00% 0	11,43% 4	8,57% 3	22,86% 8	57,14% 20	0,00% 0	0,00% 0	35	4,25
15. Com base nos dados, o CTer orienta o policiamento na ZA	2,86% 1	11,43% 4	11,43% 4	28,57% 10	40,00% 14	5,71% 2	0,00% 0	35	4,09
16. Tomo decisões mais facilmente estando bem informado	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	2,86% 1	20,00% 7	37,14% 13	40,00% 14	35	6,14
17. Os SI têm um papel importante na minha tomada de decisão	5,71% 2	2,86% 1	5,71% 2	17,14% 6	40,00% 14	14,29% 5	14,29% 5	35	4,83

1 / 2

Figura 24: Resultados do inquérito por questionário  
Fonte: Elaboração própria

18. A análise feita às informações apóia a minha decisão	5,71% 2	2,86% 1	0,00% 0	11,43% 4	60,00% 21	11,43% 4	8,57% 3	35	4,85
19. Oriento o policiamento na minha ZA com base nas informações	8,57% 3	5,71% 2	2,86% 1	8,57% 3	45,71% 16	22,86% 8	5,71% 2	35	4,69

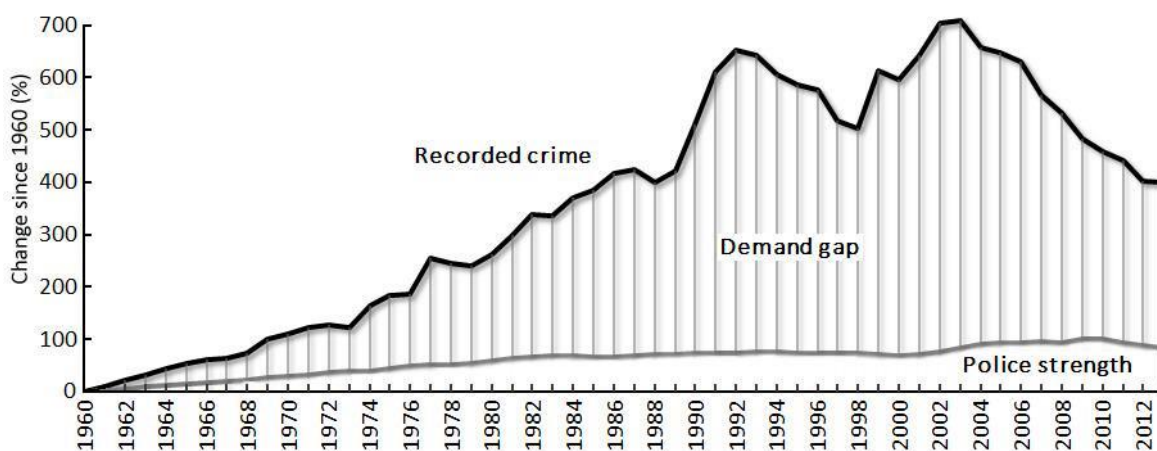
  

Estatísticas básicas					
	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio padrão
1. Sou conhecedor do Policiamento Orientado pelas Informações	1,00	7,00	5,00	4,71	1,18
2. Este modelo é vantajoso para o serviço de Guarda	1,00	7,00	6,00	5,59	1,24
3. Este modelo é praticado na Unidade onde estou inserido	1,00	6,00	5,00	4,37	1,15
4. A aplicação deste modelo é universal em todas as escalões	1,00	7,00	4,00	3,77	1,48
5. Os SI de que dispomos são adequados a este modelo	1,00	6,00	3,00	3,45	1,32
6. Os SI de que dispomos possibilitam rápido acesso à informação	1,00	6,00	3,00	3,23	1,37
7. A informação carregada nos SI é adequada	1,00	6,00	3,00	3,57	1,38
8. A informação carregada nos SI é analisada	1,00	6,00	4,00	3,57	1,34
9. As ferramentas de análise de que dispomos são adequadas	1,00	5,00	3,00	3,09	1,23
10. A informação analisada tem valor acrescentado	1,00	7,00	5,00	4,60	1,59
11. As ferramentas de análise permitem cruzar dados dos diferentes SI	1,00	6,00	4,00	3,54	1,32
12. Estes dados potenciam a compreensão dos fenómenos criminais	1,00	7,00	5,00	4,80	1,45
13. O CTer onde estou inserido rentabiliza os SI	1,00	5,00	4,00	4,09	1,15
14. O CTer faz o tratamento destes dados	2,00	5,00	5,00	4,25	1,02
15. Com base nos dados, o CTer orienta o policiamento na ZA	1,00	6,00	4,00	4,09	1,20
16. Tomo decisões mais facilmente estando bem informado	4,00	7,00	6,00	6,14	0,83
17. Os SI têm um papel importante na minha tomada de decisão	1,00	7,00	5,00	4,83	1,50
18. A análise feita às informações apóia a minha decisão	1,00	7,00	5,00	4,85	1,31
19. Oriento o policiamento na minha ZA com base nas informações	1,00	7,00	5,00	4,69	1,55

Figura 25: Resultados do inquérito por questionário (2)  
Fonte: Elaboração própria

## **ANEXOS**

## Anexo A



**Figura 26: Mudanças na força policial e no crime registrado desde 1960, que mostra a necessidade de disponibilidade de recursos**

Fonte: [https://twitter.com/jerry\\_ratcliffe/status/558636466038116352](https://twitter.com/jerry_ratcliffe/status/558636466038116352), acessado a 21 de maio de 2016

Esta figura elaborada por Ratcliffe mostra-nos a diferença entre a força policial e o crime registrado desde 1960, cuja diferença expressa a necessidade de disponibilidade de recursos.